



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A
UNIVERSIDADE

MARCELO HENRIQUE DE SOUZA

**A MILITÂNCIA LGBT NA UNIVERSIDADE:
Um estudo de caso do Coletivo KIU**

Salvador-BA
2015

MARCELO HENRIQUE DE SOUZA

**A MILITÂNCIA LGBT NA UNIVERSIDADE:
Um estudo de caso do Coletivo KIU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Orientador: Prof^o Dr. Luis Augusto Vasconcelos da Silva

Co-orientador: Prof^o Dr. Djalma Thürler

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Conceição Pinheiro Araujo

Salvador-BA
2015

MARCELO HENRIQUE DE SOUZA

A MILITÂNCIA LGBT NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO DE CASO DO COLETIVO KIU

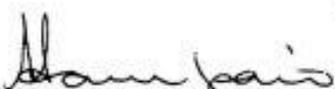
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em 14 de abril de 2015.

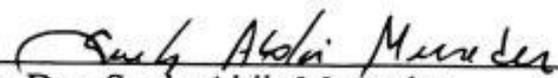
Banca examinadora



Prof. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi



Prof. Dra. Sônia Maria Rocha Sampaio



Prof. Dra. Suely Aldir Messeder

*À minha mãe Raminha,
por ter me dado um lar, uma família, irmãs, educação e amor,
assumindo um compromisso “do coração”,
no lugar de alguém que não o fez.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado muito força nesta jornada e não ter permitido fraquejar.

À minha irmã Marilene (*In memorian*), que me educou e me deu muito carinho e amor, de quem eu sinto muita falta.

Às minhas irmãs: Lúcia, Emilia (*In memorian*) e Patrícia, por fazerem parte de minha família do coração.

Aos meus sobrinhos: Sabrina, Karla, Washington, Clayton, Cleberson, Rebeka, Handerson, Jessyca, Micael, Danielle e Ester, pela admiração e orgulho que tem do tio.

Ao meu orientador - Prof. Dr Luis Augusto Vasconcelos da Silva, pela dedicação, orientação, competência e paciência.

Aos co-orientadores - Prof^a Dr^a Maria da Conceição Pinheiro Araujo e Prof. Dr Djalma Thürler, pela dedicação, orientação, competência, paciência e amizade.

A Jecilma Alves Lima, Ludimila Brasileiro Guirra e Reinaldo Alves de Miranda, pelas leituras, revisões e dicas.

Aos meus amigos: Greice, Celso, Whindson, Vilma, Lucinha, Ligia, Lêda, Victor, Wallace, Catiane, Lucas e Antonio, os quais me deram a maior força para a conclusão deste trabalho.

Aos professores do EISU, pelos ensinamentos tão preciosos no decorrer do curso.

Aos meus colegas de curso: Taiane, Eliete, Carol, Zé Luiz, Antonio, Alcione, Aninha, Brian e Joilson, pelo apoio e palavras de incentivo.

A todos os participantes da pesquisa, que me contaram suas histórias.

À secretaria do EISU, na pessoa de Caroline Fantinel, pela colaboração.

A todos que, de alguma maneira, tenham contribuído para a realização deste trabalho e que, porventura, não tenham sido mencionados.

Quando uma geração chega ao mundo, seu futuro não está predeterminado, preestabelecido. Por outro lado, o futuro não é também, por exemplo, a pura repetição de um presente de insatisfações. O futuro é algo que se vai dando, e esse “se vai dando” significa que o futuro existe na medida em que eu ou nós mudamos o presente. E é mudando o presente que a gente fabrica o futuro; por isso, então, a história é possibilidade e não determinação.¹

¹ GADOTTI, Moacir. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione, 1989, p.137-8.

RESUMO

Pensar na discussão sobre a importância dos movimentos homossexuais é uma questão emergente na sociedade contemporânea. A partir das experiências individuais na convivência social, os indivíduos são categorizados como identidades marginalizadas e, a partir dessa constatação, vão se agregando enquanto comunidades interessadas em discutir questões de interesses comuns. Assim, a intenção do presente trabalho é contribuir no sentido de ampliar essa discussão dentro da própria academia, pois é nesse espaço que há toda uma ebulição de ideias, que, nos séculos XX e XXI, proporcionaram a fomentação e formação de grupos acadêmicos LGBT. Para tanto, apresentam-se, nesta dissertação, aspectos históricos que explicitam a luta efetivada pela comunidade LGBT, tentando dar visibilidade ao grupo KIU - Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual de Salvador. A metodologia utilizada é o estudo de caso, que pretende buscar um conhecimento mais aprofundado sobre o surgimento e a militância LGBT dentro da Universidade, a partir de relatos de militantes do KIU, na perspectiva de historicizar o surgimento da militância na UFBA, a partir desse grupo. Para a realização da pesquisa, foram feitas entrevistas semiestruturadas, a partir das quais buscou-se conhecer o engajamento político no movimento estudantil e acadêmico LGBT na Universidade Federal da Bahia (UFBA). O Coletivo KIU, atualmente, está voltado à formação de novos atores que possam dar continuidade a ações que, hoje, tornam-se mais amplas, incluindo, além de ações em torno da diversidade sexual, ações que contemplam arte, cultura e cidadania, temas cruciais para qualquer movimento que pretenda provocar alguma transformação social na busca por tornar o mundo um lugar mais favorável à convivência entre os diferentes e ao respeito às diversidades.

Palavras-chave: Universidade. Identidade. Militância. LGBT. Coletivo KIU.

ABSTRACT

Thinking about the discussion of the importance of homosexual movements is an emerging question in the contemporary society. From individual experiences in the social living-together, the individuals are categorized as marginalized identities and, from this observation, are joint together as interested communities in discussing questions of common interest. Therefore, the intention of this dissertation is to contribute in the sense of extending this discussion within the academy, because especially in this space, there is an effervescence of ideas which in the 20th and 21st century favored the stimulation and the formation of the academic group LGBT (Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender). Therefore, in this dissertation historical aspects are represented which explain the struggle of the LGBT community. By doing so, the group KIU – the university collective for sexual diversity of Salvador – is shown. The used methodology is “case study”, which intends to search for a deeper understanding of the upcoming and the militancy LGBT within the university from reports of activists of the KIU, in the perspective of historicizing the upcoming of the militancy in the UFBA – Federal University of Bahia – from this group. For the realization of the research, half – structured interviews were carried out, from which it was intended to get to know the political engagement in the student and academic movement LGBT in the Federal University of Bahia (UFBA). The KIU is currently concentrating on the formation of new people who can give continuity to actions which today become vaster, including, beyond actions as to sexual diversity, actions which consider art, culture and citizenship, which are crucial topics for any movement which intends to cause a bit of social transformation that makes the world a more favorable place for the living together between the different people and as to respecting diversities.

Keywords: University. Identity. Militancy. LGBT. Collective KIU.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura
ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AIDS – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
BI – Bacharelados Interdisciplinares
CA - Centro Acadêmico
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONUNE - Congresso da União Nacional dos Estudantes
CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
CuS - Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade
DA - Diretório Acadêmico
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DE - Diretório Estudantil
DST – Doenças Sexualmente Transmissível
EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia
EISU – Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade
ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual
FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FMI – Fundo Monetário Internacional
GGB - Grupo Gay da Bahia
GIV – Grupo de Incentivo à Vida
GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GLS - Gays, Lésbicas e Simpatizantes
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
IHAC – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LGBTTT - Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual e Transgênero
MGL – Movimento de Gays e Lésbicas
MHB - Movimento Homossexual Brasileiro
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG - Organizações não governamentais

PPGEISU – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a
Universidade

SAVIS - Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade

SNDH – Secretaria Nacional em Direitos Humanos

UDF – Universidade do Distrito Federal

UFA – Universidade Fora do Armário

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFG – Universidade Federal de Goiânia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE.....	14
3	A MILITÂNCIA LGBT NO BRASIL.....	29
4	IDENTIDADE: CONCEITOS E REFLEXÕES NO ÂMBITO DA DIVERSIDADE.....	40
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	51
6	COLETIVO KIU: COMPREENDENDO ASPECTOS DA MILITÂNCIA LGBT NA UNIVERSIDADE.....	57
6.1	COLETIVO KIU.....	60
6.1.1	A militância do Coletivo Kiu.....	64
6.1.2	A questão identitária dentro do Coletivo Kiu.....	70
6.1.3	Ações do Coletivo Kiu.....	73
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
	REFERÊNCIAS.....	85
	APÊNDICE A.....	89
	APÊNDICE B.....	90

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata-se de uma análise sobre o Coletivo KIU – grupo de militância LGBT, criado em 2004, que continua atuando até o presente momento – ,em seu processo de militância pelo direito à diversidade. Realizei observações sobre a formação, inserção e ações desse grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero) dentro da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A escolha por esse objeto de investigação, que perpassa por motivações pessoais, sociais e/ou acadêmicas, levando a desenvolver um estudo referente à identidade e militância da comunidade LGBT, está relacionada, primeiramente, com o fato da identificação como homossexual. Em se tratando da academia, após a entrada no mestrado e nas pesquisas para a elaboração do projeto de pesquisa, percebi algumas lacunas existentes no que diz respeito ao movimento LGBT dentro da UFBA, ou seja, poucos estudos foram encontrados, mais especificamente sobre o Coletivo KIU, dos quais cito o artigo de Sampaio (2011).

Diante dessa constatação – e por estar vinculado a um programa que tem como norte produzir um trabalho sobre a universidade – vislumbrei a oportunidade de unir motivação acadêmica e pessoal. Assim, propus um trabalho que busque dar visibilidade a um grupo alocado em uma universidade baiana e que discute questões da homossexualidade. Penso ser uma grande contribuição para enriquecer o debate acadêmico numa perspectiva de identidade homossexual. Para além dessa questão explicitada, acredito ser de suma importância uma pesquisa nessa perspectiva, visto que um profissional da área de educação, particularmente, deve estar aparelhado para lidar com estas questões no ambiente de trabalho educativo e ser um multiplicador das informações sobre esta temática, assumindo uma postura menos preconceituosa e mais inclusiva.

Durante os 17 anos em que leciono sempre tive e tenho alunos que se identificam com a orientação sexual não-heterossexual, sendo que as questões relativas à não-heterossexualidade nos espaços educativos, como a escola e a universidade, sempre chamaram a minha atenção, na medida em que fui percebendo como, nesses espaços educativos, as bandeiras de luta relativas ao gênero e identidade sexual poderiam estar sendo melhor discutidas e engendradas.

Nesse contexto, esbocei como objetivo geral deste trabalho investigar como surge o Coletivo KIU, reconhecendo a participação enquanto grupo militante do movimento LGBT na Bahia. Como objetivo específico, procurei identificar qual tipo de militância é exercida pelo KIU e os desdobramentos desta militância para a comunidade LGBT. Para isso, o trabalho percorreu o seu trajeto, além deste tópico introdutório, a partir da seguinte estruturação:

No segundo capítulo – **O Surgimento da Universidade** – apresento um panorama sobre o surgimento da Universidade, num traçado acerca da trajetória educacional brasileiro no ensino superior, desde o período colonial até chegar ao movimento da Universidade Nova e com as implicações dessa experiência na UFBA, contemplando também as questões da diversidade na concepção curricular da instituição, com enfoque na militância LGBT.

No terceiro capítulo – **A Militância LGBT no Brasil** – historicizo o movimento LGBT no Brasil, da década de 1960 aos dias atuais, tempo em que descrevo os registros na mídia e em outras fontes de assuntos e polêmicas que atravessavam e, ao mesmo tempo, articulavam o movimento, como a criação das siglas de identificação do movimento, a questão da AIDS, a despatologização da homossexualidade, a cirurgia de transgenitalização, dentre outros aspectos que marcam o histórico do movimento LGBT no Brasil.

O quarto capítulo – **Identidade: Conceitos e Reflexões no espaço da Diversidade** – traz para o nosso trabalho alguns conceitos de identidade e como esta se manifesta no tocante às questões da militância em prol da diversidade. O debate sobre os conceitos de identidade na atualidade surge no trabalho como modo de questionar o modelo binário que promove a hegemonia heterossexual suprimindo a multiplicidade.

No quinto capítulo – **Aspectos Metodológicos** – mostro os aspectos da metodologia aplicada na pesquisa, ou seja, quais os caminhos percorridos para sua realização. O recurso metodológico central desta pesquisa foi a aplicação de um questionário semiestruturado com a concomitante análise das entrevistas, pois através dessa escuta foi possível sentir, perceber detalhadamente o que a militância LGBT, através do grupo investigado, tem para revelar.

O sexto e último capítulo – **Coletivo KIU: Compreendendo aspectos da Militância LGBT na Universidade** – abarca o nosso objeto de estudo. Para tanto, inicialmente apresento aspectos da militância LGBT na universidade e defendo que

a união da reflexão teórica, vindo da academia, e da ação política, partindo do movimento LGBT, produzirá efeitos mais significativos na sociedade. Em seguida, apresento o Coletivo KIU, explicitando o seu histórico de criação, qual tipo de militância é exercido, a questão identitária e suas ações, para compreender como múltiplos fatores podem intervir no movimento LGBT dentro do espaço universitário, especificamente na UFBA.

2. O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE

Os relatos históricos acerca da educação brasileira evidenciam que, na época do Brasil Colônia, a metrópole portuguesa proibia o desenvolvimento do ensino superior, visto ser Portugal o detentor do monopólio sobre esse grau de formação. Segundo Fávero (2006), não justificava na Colônia portuguesa uma instituição desse gênero, “considerado mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores.” (FÁVERO, 2006, p. 20).

No Brasil-Colônia, existia apenas a educação básica, pois a história da educação no Brasil se inicia por volta de 1549 com a chegada da Companhia de Jesus. Os primeiros professores (padres jesuítas) fundamentavam suas práticas pedagógicas nos princípios escolásticos². Para a população abastada prosseguir nos estudos, era preciso ir para Portugal estudar nos cursos de Teologia, Direito e Medicina. Somente a partir da chegada da Corte Portuguesa no Brasil é que D. João VI, segundo Fávero (2006), funda na cidade de Salvador, em fevereiro de 1808, a primeira instituição de ensino superior. Trata-se da Escola de Cirurgia no antigo Hospital Real Militar de Salvador que, pouco mais de cinco anos depois, em abril de 1813, é transformada em Academia Médico-Cirúrgica e, dezoito anos mais tarde, em outubro de 1832, torna-se Faculdade de Medicina – logo após a fundação da UFBA, a referida faculdade vincula-se a esta. E por decreto também funda em 05 de novembro de 1808, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, na capital do estado, que mais tarde torna-se uma das matrizes das Faculdades de Medicinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FÁVERO, 2006).

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem uma importância histórica para o Brasil. A partir da criação da Escola Cirúrgica (1808), do curso de Farmácia (1832), do curso de Odontologia (1864), da Academia de Belas Artes (1872), do curso de Direito (1891), da Politécnica (1896) e a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (1941), e com o reitor Edgar Santos, é que a instituição se consolida como

² Segundo o dicionário de Houaiss, há duas possibilidades de interpretação sobre a definição do termo “escolástica”, a saber: “1. pensamento cristão da Idade Média baseado na tentativa de conciliação entre fé e razão e; 2. qualquer filosofia elaborada em função de uma doutrina religiosa” (HOUAISS, 2004, p. 298).

Universidade Federal da Bahia em 1950, integrando escolas isoladas e instituindo outros cursos. E isso faz com que ela seja reconhecida no cenário nacional.

Novas instituições de ensino superior são abertas no Brasil, após a sua Independência, em 07 de setembro de 1822, mas estas só ofertavam os cursos de Medicina, Engenharia, Leis e Belas Artes, nas principais cidades brasileiras. Não houve nenhum esforço do Império português para organizar essas instituições em universidades, haja vista que o modelo que predominou durante o império foi o de universidade escolástica.

A base de todo o pensamento escolástico é tentar conciliar a fé e razão. O pensamento de Aurélio Agostinho, também conhecido como Santo Agostinho, é pautado na defesa de que deva existir uma maior subordinação da razão em relação à fé, enquanto que Tomás de Aquino, não negando a subordinação da razão em relação à fé, por força da inovação aristotélica, defende uma certa autonomia da razão para a busca por respostas.

Em outras palavras, toda a educação universitária nessa fase inicial compreendida formação teológica, com base na filosofia escolástica. A *universidade escolástica* era geradora e guardiã da doxa, ou doutrina, aquela modalidade de conhecimento que se define pelo completo respeito às fontes sagradas da autoridade. Seu modelo acadêmico baseava-se na transmissão do saber mediante relações diretas mestre-aprendiz” (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 113).

Com a Proclamação da República Brasileira, em 15 de novembro de 1889, se instaurou a forma republicana federativa presidencialista de governo no Brasil e, até as três décadas do início do século XX, predominou o modelo francês de ensino superior, a “*école supérieure*”.

É, portanto, esse o modelo seguido pelo Brasil da *École Supérieure*. Refiro-me, justamente, a esse modelo de faculdades isoladas, com finalidade ao profissionalismo e não ao estudo para um conhecimento geral sobre as humanidades. Trago ao debate o conceito de faculdade e de universidade, pois o único elemento que articula ambas é o ensino superior. Isso porque a denominação para faculdade está ligada à vocação para o ensino superior de uma ou mais áreas do conhecimento, com propostas curriculares (por exemplo, Faculdade de Direito, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Enfermagem), podendo esta ser pública ou privada, ofertando cursos desde a graduação até a pós-graduação.

Já o conceito de universidade é de uma instituição pluridisciplinar, mais ampla, pois, além de ter propostas curriculares definidas e ofertar ensino superior em nível de graduação, tem que também ofertar a pós-graduação – nos níveis de especialização, mestrado e doutorado – bem como atuar na pesquisa e extensão. A diferença crucial, se é que podemos afirmar isso, está no fato de a Universidade ser campo de domínio e cultivo do saber humano de forma generalizada, diferente da faculdade que se especifica na profissionalização. Para fundamentar melhor a questão, trago a citação abaixo:

As reformas devem partir do pressuposto que no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade. Isto significa que, em muitos países, a esmagadora maioria das universidades privadas e mesmo parte das universidades públicas não são universidades porque lhes falta a pesquisa ou a pós-graduação. (SANTOS, 2008, p. 59).

O que temos de fato é que a “universidade” no Brasil surgiu, efetivamente, na década de 1930 e teve dois modelos que competiram entre si para a formação da universidade: um com uma proposta similar às universidades europeias tradicionais e o outro com uma visão de uma universidade com identidade nacional. O conceito e a compreensão que se tem sobre a universidade é que ela deve ter um tripé – ensino, pesquisa e extensão – para se firmar como tal.

Com Anísio Teixeira é criada, em abril de 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF), composta de cinco escolas: Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e Instituto de Artes. O principal objetivo da nova universidade era encorajar a pesquisa científica, literária e artística e propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular. Na verdade, a UDF pretendia não apenas produzir profissionais, mas formar os quadros intelectuais do país.

Somente a partir de 1946, após a era de Getúlio Vargas, é que há, em todo o Brasil, uma expansão das Universidades. É a partir da década de 1960 que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro começam “a desenhar um novo modelo de educação superior para a Universidade de Brasília” (ROCHA; ALMEIDA FILHO, 2007, p.135), mas com o Golpe Militar de 1964 e a Reforma Universitária de 1968, executada pelos militares, não houve avanços significativos, pelo contrário foi uma espécie de

retrocesso, pois persistiu o modelo anterior “e trouxe o que de menos interessante havia no já testado modelo flexneriano estadunidense”, criado por Abraham Flexner (ROCHA; ALMEIDA FILHO, 2007, p.137).

Ainda de acordo com Rocha e Almeida Filho (2007), esse é um modelo de arquitetura acadêmica baseado em uma formação básica e flexível. Além disso, é um modelo departamental, sem cátedra vitalícia, onde se separa a “gestão institucional” da “governança acadêmica” e “fomenta a organização de institutos e centros de pesquisa autônomos dos departamentos, propiciando grande flexibilidade e autonomia aos pesquisadores individuais ou em grupos.” (ROCHA; ALMEIDA FILHO, 2007, p.124). Apesar disso, um ponto positivo nesta reforma foi a implantação da pós-graduação. A partir daí, várias instituições de ensino superior começaram a surgir na esfera pública estatal, mas é na década de 1990 que há uma proliferação das instituições de ensino superior privado, promovido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. As alterações ocorridas na gestão de FHC fizeram algumas alterações significativas na educação superior brasileira, como “mudanças na organização acadêmica, nos processos de avaliação, nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação.” (OLIVEIRA et. al., 2008, p. 2).

Segunda Paula (2008), nos anos de 1990, a universidade brasileira recebeu influência das políticas neoliberais e dos organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, de modo que “a educação superior deixou de ser vista como dever de Estado e direito do cidadão, sendo concebido como serviço, mercadoria, e perdendo, com isso, o seu caráter eminentemente público.” (PAULA, 2008, p. 79). Isso se deve à passagem da internacionalização da educação superior ao comércio dos serviços educacionais. Atualmente, no Brasil, temos altos índices de instituições privadas de ensino superior, sendo elas responsáveis por 90% das instituições e 70% das matrículas neste nível de ensino.

A democratização do acesso ao ensino superior no Brasil não se deu através da massificação do sistema público de igual modo a outros países da América Latina, como é o caso do México e da Argentina, “mas através de um ensino privado, pago e de baixa qualidade média.” (TRINDADE, 2000, p. 129). No entanto, vale destacar que o sistema de educação superior público no Brasil, consolidou sua qualidade acadêmica em termos latino-americanos. E é “responsável por 90% da pesquisa científica e tecnológica do país.” (TRINDADE, 2000, p. 129)

A nova LDB, Lei n. 9394/96, introduz o termo “processo seletivo” substituindo o anterior “vestibular”, para o ingresso dos estudantes no ensino superior, numa tentativa de democratizar o acesso à universidade.

O Censo da Educação Superior, 2010, registrou a existência de 2.377 IES no País, sendo 278 públicas (99 federais, 108 estaduais e 71 municipais) e 2.099 privadas. As IES privadas representam 88,30% do total. No que tange às matrículas na graduação, são um total de 6.379.299, onde deste total apenas 1.643.298 na IES públicas (928.656 federal, 601.112 estadual e 103.530 municipal) e 4.736.001 nas IES privadas o que representam um percentual de 74,24%.

O sistema nacional de educação superior ainda não está aberto às amplas camadas populacionais no Brasil. A universalização do acesso constitui-se tema emergente, complexo e de fundamental importância, sobretudo se levarmos em consideração o cenário de construção da chamada *sociedade do conhecimento* e, ainda, as mudanças do mundo do trabalho, o processo de mundialização do capital e as alterações que vem ocorrendo no papel do Estado desde os anos de 1980. (OLIVEIRA et. al., 2008, p. 1).

A educação brasileira, desde a sua implantação, até os dias atuais, de um modo geral, sempre esteve a serviço das elites dominantes. E somente a partir do momento em que as camadas populares começam a reivindicar para si a educação básica é que esta começa a ser ofertada parcialmente e depois universalizada, através da LDB n. 9394/96, porém essa universalização tem graves problemas na sua oferta. Isso diz respeito a salas de aula e colégios inadequados; falta de livros, de bibliotecas ou até mesmo a falta de acesso a computadores; falta de professores habilitados para ministrar as aulas; sem contar que muitos deles são mal preparados pelas faculdades particulares, acompanhando de uma remuneração pouco atrativa, o que faz com muitos deles tenham uma tripla jornada de trabalho, comprometendo, em muito, o seu desempenho docente; estrutura curricular inadequada; a acessibilidade à escola muitas vezes é ruim; os professores são, em sua maioria, tradicionais, ou seja, assumem uma perspectiva de “donos da verdade” e o aluno não tem o direito de discordar.

A partir do momento em que as camadas populares começam a alcançar a educação básica, elas também começam a reivindicar o acesso aos cursos superiores. É nesse momento que a universidade pública precisa cumprir seu papel oferecendo educação superior a essa camada da sociedade. Entretanto, a

universidade pública atende prioritariamente às elites, já que a forma de ingresso é através de processo seletivo – a exemplo do Enem – e as classes abastadas podem se preparar, por meio de escolas privadas de qualidade – e caras –, para que seus filhos possam garantir o acesso em uma instituição pública de excelência. Com isso, para a classe menos favorecida só resta cursar uma faculdade privada. É nesse cenário de disparidade que se estabelecem as cotas aos pobres, negros e índios, abrindo-lhes a porta da universidade pública. Nesse contexto de mudanças, porém, existe uma camada ou clientela ainda desprovida de mecanismos que possibilitem o seu acesso à universidade, que são os não-heterossexuais.

É nítido o descaso que, desde séculos passados, permeia a escola brasileira, tornando-a excludente e que insiste em não reconhecer direitos legitimados na constituição, nesse caso, o de “educação para todos” – e “todos” certamente exclui os não-heterossexuais, pois eles ou elas se sentem envergonhados, rechaçados, discriminados na universidade, o que leva muitos a não tentarem adentrar o Ensino Superior, e o os que conseguem acabam abandonando. Apesar de todas as políticas públicas atuais, ainda não há uma perspectiva de projetos ou programas que incluem os não-heterossexuais na Universidade.

A nova concepção da educação passa pelo direito à escolarização para todas as pessoas, independentemente de sua sexualidade. Isso quer dizer que todo ser humano tem o direito de conhecer os conteúdos e bens simbólicos acumulados historicamente que são repassados pelos processos escolares, como também elevar a escolaridade média e ascender no sentido educacional, cursando uma universidade e ampliando, assim, a perspectiva de ascensão socioeconômica, visto que o Brasil, atualmente, requer trabalhadores não apenas qualificados tecnicamente, mas, principalmente, qualificados academicamente.

Assim, temos que reconhecer estes sujeitos históricos que carregam consigo trajetórias escolares truncadas, fruto de uma perversa exclusão social e negação aos direitos educacionais. Se na época do Brasil-Colônia o direito à alfabetização era somente respeitado para as camadas mais favorecidas, hoje, depois de muitas lutas, temos alguns dispositivos legais que, mesmo precariamente, garantem o acesso à educação básica e à universidade.

É chegado, portanto, o momento de ampliarmos essa discussão no sentido de investir politicamente visando a garantir acesso ao 3º grau para essa parcela ainda

desprestigiada na sociedade. Assim, efetivamente, a escola estará reafirmando a sua função social.

Segundo Oliveira (2008), a educação universitária no Brasil ainda está restrita às amplas camadas populacionais, pois as universidades públicas ofertam seus cursos de graduação preferencialmente no período diurno ou em tempo integral, o que impossibilita os alunos de baixa renda, ou seja, dos trabalhadores-estudantes de frequentar o curso neste turno, pois precisam trabalhar. É um fato que deixa também as universidades públicas ociosas no período noturno, pois existe pouca oferta de cursos de graduação noturnos, e os estudantes universitários que preferem este horário provêm dos extratos menos aquinhoados da população. O trabalhador-estudante, busca a sua formação superior na iniciativa privada, majoritariamente, em virtude de essas instituições de ensino ofertarem cursos de graduação no período noturno. Apesar de a LDB em vigor obrigar as IES públicas a oferecerem cursos de graduação, no período noturno, nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, isso não ocorre.

Ainda segundo Oliveira (2008), tem a questão da seleção para a entrada nas instituições de ensino superior, pois mesmo com as inovações de seleção como é o caso do Enem, das cotas para negros, índios e estudantes provenientes do ensino médio público, não tem alterado o paradigma de escolha elitista existente no país. Isso porque os candidatos com maior capital econômico e cultural continuam sendo privilegiados, principalmente nos curso de maior prestígio social.

É preciso reconhecer que a elevação da qualificação geral da população brasileira constitui-se em aspecto essencial numa sociedade e numa economia baseada cada vez mais na educação e no conhecimento. Por um lado, portanto, há o desafio de atender as demandas econômicas e sociais heterogêneas por educação superior; de outro, a necessidade de ampliar significativamente a produção de conhecimento que contribua para o bem-estar coletivo e para a construção da sociedade futura. (OLIVEIRA et.al., 2008, p.13-14)

Segundo Chamlian (2003), de maneira generalizada, podemos dizer que os problemas relacionados à questão do ensino nas universidades, em toda a parte, têm suas raízes no chamado "*éthos acadêmico*", que é a identificação fundamental do trabalho universitário com a pesquisa. Essa é, também, a lógica da própria organização institucional da universidade e a fonte de prestígio na atividade acadêmica.

Só recentemente os professores universitários começaram a se conscientizar de que seu papel de docente do ensino superior, como o exercício de qualquer profissão, exige capacitação própria e específica que não se restringe a ter um diploma de bacharel, ou mesmo de mestre ou doutor, ou ainda apenas o exercício de uma profissão. Exige isso tudo, e competência pedagógica, pois ele é um educador.

Citando Fávero (2006), parece-me inadiável, nos dias atuais, reconstruir com seriedade e competência o trabalho universitário, vendo nele um empreendimento difícil, mas imprescindível, processo este que deverá ser entendido e assumido como algo em permanente construção.

A Universidade Nova que é inspirada fortemente na obra de Anísio Teixeira, tem como objetivo principal a reestruturação curricular radical dos programas de formação universitária. Dentre as principais alterações está a implantação dos BIs – Bacharelados Interdisciplinares, que vem a ser:

Cursos de formação geral como requisito para a graduação de carreiras profissionais e para a formação acadêmica de pós-graduação. O BI terá currículos flexíveis, predominantemente optativos, em três Eixos Temáticos Interdisciplinares: Cultura Humanística, Cultura Artística e Cultura Científica. Os módulos incluirão uso instrumental da língua brasileira e de língua estrangeira moderna, filosofia (lógica, ética e estética), história, antropologia, literatura e estudos clássicos, pensamento matemático, princípios e uso de informática, política e cidadania, ecologia e artes. Serão oferecidos módulos de introdução às profissões, o que contribuirá para escolhas maduras de carreira profissional. Os módulos específicos serão optativos e oferecidos aos que concluíram a formação geral e pretendem antecipar cursos básicos das carreiras profissionais. Como a prioridade de matrícula será concedida por rendimento, haverá permanente estímulo ao bom desempenho dos alunos que pretendem usar o BI como via de entrada à formação profissional ou à pós-graduação acadêmica (ROCHA; ALMEIDA FILHO, 2007, p. 2).

Essa proposta já constava nos escritos de Anísio Teixeira, a qual está presente no Projeto de Lei que institui a Universidade de Brasília, encaminhado ao Congresso Nacional em 21 de abril de 1960. Podemos observar que a proposta de Anísio Teixeira ainda na década de 1960 é bastante parecida com a Universidade Nova, mais especificamente os BIs, pois no Projeto de Lei no excerto do item 12 da Exposição de Motivos propõe:

Uma estrutura nova da formação universitária, para dar-lhe unidade orgânica e eficiência maior. O aluno que vem do curso médio não ingressará diretamente nos cursos superiores profissionais. Prosseguirá sua preparação científica e cultural em Institutos de pesquisa e de ensino, dedicados às ciências fundamentais. Nesses órgãos universitários, que não pertencem a nenhuma Faculdade, mas servem a todas elas, o aluno buscará, mediante opção, conhecimentos básicos indispensáveis ao curso profissional que tiver em vista prosseguir. (ROCHA; ALMEIDA FILHO, 2007, p. 3)

A Reforma Universitária proposta por Anísio Teixeira e a proposta da Universidade Nova são como já referida anteriormente muito parecida, pois ambas tem em comum: componentes curriculares gerais e específicos, incluindo o conceito de cursos-troncos e o caráter majoritariamente optativo do BI; a articulação entre os bacharelados curtos, as carreiras profissionais de média duração e as carreiras longas, incluindo a natureza interdisciplinar dos ciclos iniciais de formação.

Segundo Anísio Teixeira (2005), a reforma universitária poderia atender as demandas reais, pois além de existir uma melhor divisão do trabalho de ensino por competência por parte dos docentes, os alunos também seriam beneficiados, uma vez que seria ofertado o curso básico de duração inicial de dois ou três anos, o que viria a ser uma oportunidade para os estudantes experimentarem a universidade e eles próprios perceberem se ela foi feita ou não para eles. E após a experimentação na universidade, eles poderiam fazer a escolha de seguir uma carreira acadêmica ou profissional ou mesmo bastarem para eles o conhecimento adquirido durante os dois ou três anos que frequentarem a universidade, sem dar prosseguimento aos estudos.

Para Teixeira (2005), a reforma resolveria, assim, o problema da admissão à universidade, abrindo os seus portões para acolher a mocidade, que terminava o curso secundário e alimentava o propósito de continuar os estudos, para um curso introdutório, de nível superior, destinada a largar-lhes a cultura geral recebida no nível secundário, dar-lhes uma cultura propedêutica para as carreiras acadêmicas ou profissionais ou para treiná-los em carreiras curtas de tipo técnico. Terminados esses cursos é que iria ele ser selecionado para os cursos regulares de graduação nas carreiras acadêmicas ou profissionais. Depois desta formação, nova seleção far-se-ia de imediato ou posteriormente, para a escola pós-graduada.

O BI não deixa de certa forma de fazer parte da democratização da educação superior no Brasil, pois um dos objetivos da democratização é a ampliação da oferta

de ensino pós-médio, ou seja, de uma modalidade de curso universitário intermediário voltado à formação mais geral e acadêmica, que contribua para atingir, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, permitindo desta forma a continuidade dos estudos após o ensino médio, então, como base neste pensamento o BI vem também para atender aos estudantes que após concluírem o curso médio principalmente na rede pública de ensino, não podem competir em pé de igualdade com alunos oriundos da rede privada.

No entanto, segundo Rocha e Almeida Filho (2007), o BI tem como característica um curso de formação geral, ou seja, que expõe os sujeitos a temas variados, como história da arte, história da ciência, expressão artística. Dessa forma os alunos podem mostrar as suas aptidões ocultas, sendo estas reveladas a tempo de ser direcionada de forma adequada para as carreiras profissionalizantes, científicas e ou artísticas. Um novo aspecto do BI é o curso de pós-graduação em nível de mestrado acadêmico, que é chamado de Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade – EISU.

Para além do BI, a Educação superior também precisa dar conta das demandas de políticas de inclusão, que também estão relacionados com as minorias sexuais e de gênero. Em outras palavras, os que se identificam com sexualidade não-heterossexual.

Segundo Dinis (2008), a universidade, além garantir a difusão dos conhecimentos científicos, deve também prover o desenvolvimento de políticas de inclusão, a partir do respeito dos direitos humanos e do exercício da cidadania. Como isso poderá garantir o acesso, inclusão e permanência das minorias sexuais e de gêneros nas universidades.

O debate sobre as questões relacionadas a diversidade sexual e de gênero na Universidade tem sido incluído no espaço acadêmico desde 1970, isso se deve às fortes pressões oriundas dos grupos feministas, gays e lésbicos que acusaram as instituições escolares de invisibilizarem suas representações de mundo nos programas curriculares. A grande virada nos estudos de gênero ocorreu nos anos de 1990, com as pesquisas de Guacira Lopes Louro, no campo da história da educação. A partir de Guacira os pesquisadores de importantes centros universitários de educação do país, “têm debatido temas como gênero e sexualidade a partir de uma visão culturalista, rompendo com o paradigma biologizante predominante.” (DINIS, 2008, p. 479).

Dinis (2008) avalia que, mesmo com significativos avanços no espaço acadêmico sobre diversidade sexual e de gênero, ainda podem-se detectar diversas lacunas sobre a criação de novas áreas de conhecimento que inclua os estudos de gênero na educação, como exemplo a “resistência de instituições financiadoras de pesquisa, como o CNPq” (DINIS, 2008, p. 480).

Mesmo nas Conferências Ibero-Americanas sobre a Educação, a homossexualidade é tema ausente, Em consonância com as políticas de inclusão, presentes no discurso da educação, chegam a mencionar a necessidade de políticas de inclusão das mulheres, mas nada é mencionado em relação ao combate à homofobia, e a necessidade da inclusão do tema da diversidade sexual no espaço acadêmico. Essa ausência também é bastante comum nas políticas de Direitos Humanos no Brasil. (DINIS, 2008, p. 480)

Apesar das lacunas citadas por Dinis (2008) sobre os estudos de gênero e diversidade sexual na Educação, podemos observar alguns avanços em relação a tais questões na universidade, a exemplo do surgimento de vários grupos de pesquisas nas instituições de ensino superior do país, dentre eles podendo-se destacar o Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade (CuS), que foi criado no final do ano de 2007, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) junto ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). O CuS é liderado pelo professor Leandro Colling e por uma turma de estudantes de Graduação em Comunicação, Letras e Ciências Sociais, cujo objetivo é produzir pesquisas e atividades de extensão com professores, alunos de pós-graduação e graduação que tenham interesses em estudar as relações entre cultura, gênero e sexualidade, a partir e com os estudos *queer*. Com o passar do tempo, também passaram a integrar o grupo mestrandos e doutorandos do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (Poscultura) e mestrandos da Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (EISU).

Ao longo dos anos, o CuS vem desenvolvendo pesquisas importantes, nas áreas de cultura, gênero, sexualidade e teoria *queer*, tanto pelos seus dois coordenadores, Leandro Colling e Djalma Thürler, quanto por vários outros membros, que pertencem a outras áreas de conhecimento, o que tornou possível ações para além das esferas acadêmicas e culminou com ações políticas que foi a escolha para a vaga que ocuparam Leandro Colling e Djalma Thürler, entre 2011 e 2012, no Conselho Nacional LGBT, da Secretaria Nacional em Direitos Humanos do

Governo Federal (SNDH). Leandro, como conselheiro, e Djalma, como suplente, “participaram ativamente dessa gestão tendo papel determinante na elaboração da II Conferência Nacional LGBT, que aconteceu em Brasília, em dezembro de 2012. Outra ação política foi a participação de Leandro Colling, como colaborador do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, entre 2012-2013.

O CuS vem trabalhando em várias frentes de “batalhas” dentro do movimento LGBT, seja na produção de dissertação e teses, na publicação de suas pesquisas em livros e periódicos, na publicação *online* ou em trabalhos artísticos. Ademais, participa como membro do Conselho Nacional LGBT e Conselho Nacional de Cultura da Bahia.

Algumas pesquisas produzidas pelo CuS foram publicadas em livros pela EDUFBA, com obras que tratam de temas das interfaces entre cultura e a diversidade/diferença sexual e de gênero: *Stonewall 40 + o que no Brasil?* e *Estudos e políticas do CuS: Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade*.

Ainda como nas publicações, merece destaque o lançamento da revista acadêmica *PERIÓDICUS*. Nele, objetiva-se a divulgação, a tradução e a fomentação dos estudos *queer*, em particular no Brasil, na América Latina e em Portugal e Espanha, bem como divulgar a produção acadêmica realizada por meio de uma perspectiva multi-inter-transdisciplinar sobre a influência dos estudos *queer* na diversidade sexual e de gênero. Ainda sobre a produção da escrita, a coluna que o grupo mantém no site iBahia desde junho de 2012 vem chamando a atenção dos leitores por títulos como: *Meu filho nasceu assim; Meu cu para os seus bons costumes: sobre respeitabilidade e promiscuidade*.

O CuS, assim, busca romper na universidade com o dito “normal”, que é um homem heterossexual, branco e burguês, para que na “universidade comece a botar preto dentro da universidade, comece a botar bicha na universidade, e comece a tornar essa universidade mais plural”³. O CuS quer que a universidade deixe de ser uma universidade classista e passe a ser uma universidade mais plural, e que pessoas que não se enquadram no padrão heteronormativo possam ter acesso à universidade. E ao fazer isso dará lugar para que estes atores sociais (negro, bicha,

³ Djalma Thürler, em entrevista concedida a mim, no dia 14/10/2014.

sapatão, pobre) possam eles mesmos falar de suas demandas, “porque sempre quem falou por eles foram os heterossexuais brancos.”⁴

O grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade - CuS promoveu o evento *Stonewall 40 + o que no Brasil?* – que foi realizado nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 2010, em Salvador, na UFBA, foi o primeiro evento do CuS, em nível nacional, que reuniu pesquisadores e ativistas do Brasil para pensar as políticas LGBT realizadas nos últimos quarenta anos no Brasil. Colling explana sobre a finalidade do encontro:

O objetivo foi o de debater e avaliar os estudos e as políticas públicas e identitárias no Brasil, tendo como marco a comemoração dos 40 anos da revolta ocorrida no famoso bar de Nova Iorque, em 28 de junho de 1969. (COLLING, 2011, p.7)

O evento contou com a participação de cerca de 400 pessoas. O *Stonewall 40 + o que no Brasil?* teve como fruto um livro publicado pela EDUFBA, em 2011, na Coleção CULT, com o mesmo nome, organizado pelo pesquisador e professor Leandro Colling, onde reuniu textos dos mais renomados pesquisadores da temática LGBT, como: Edward MacRae, Richard Miskolsi, Fernando Seffner, Berenice Bento, Larissa Pelúcio, Wilton Garcia, Deco Ribeiro e Júlio Simões.

O CuS também realizou o *VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH*⁵, na Universidade Federal da Bahia, na cidade de Salvador, com o tema: “Memórias, Rumos e Perspectivas”. O Comitê Organizador do evento foi composto também pelos professores Leandro Colling e Djalma Thürler, ambos coordenadores do CuS. Além da conferência de abertura de Jack Halberstam e de sete mesas redondas organizadas pela própria ABEH, a programação contou com a apresentação de cerca de 430 trabalhos em sessões de comunicação e mesas coordenadas e 12 trabalhos na mostra artística, além do lançamento de 30 livros. 700 pessoas estiveram inscritas no evento, oriundas de 24 estados brasileiros e de alguns países da América Latina.

⁴ Djalma Thürler, em entrevista concedida a mim, no dia 14/10/2014.

⁵ A Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como principal proposta fomentar e realizar intercâmbios e pesquisas sobre homossexualidade, homoerotismo, estudos gays e lésbicos, bissexuais, transgêneros e teoria *queer*. Ela congrega professores, alunos de graduação e pós-graduação, profissionais, pesquisadores e demais interessados. A ABEH foi fundada em 13 de junho de 2001, em Niterói (RJ), em Assembléia realizada no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Então, a partir do momento em que a história do movimento coloca a sociedade civil como protagonista das lutas LGBT, a discussão sobre militância migra e invade a academia. No entanto, a sociedade civil passa a questionar e exigir para ela o único direito de se fazer militância. E a partir daí começa toda uma discussão, qual seja: a academia faz ou não militância? E de que forma? Segundo Ramos e Carrara (2006):

A multiplicidade de iniciativas no ambiente acadêmico e universitário, com a incorporação dos temas relacionados à homossexualidade e ao “homoerotismo” nas pautas das pesquisas das Ciências Humanas e Sociais em centros de estudos e universidades do país. (RAMOS; CARRARA, 2006, p. 190).

Ainda segundo Ramos e Carrara (2006), essa multiplicidade de iniciativas fez com que fosse criada a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), em 2001, em um encontro realizado na Universidade Federal Fluminense.

Essa iniciativa, conforme relatam Ramos e Carrara (2006), teve como resultado mais de 1.420 pesquisadores trabalhando com essas temáticas. E os intelectuais também desenvolvem atividades de militância, a partir do momento em que “dedicavam-se ao estudo dos temas relativos à homossexualidade no Brasil. (RAMOS; CARRARA, 2006, p. 190).

Nesses dois séculos de educação superior no Brasil, podemos constatar que muitas transformações ocorreram na forma, na estrutura, na organização e na concepção de universidade, com evidências inegáveis. Essas mudanças vieram ampliar e favorecer o acesso à universidade para as elites dominantes, e outras classes sociais ficaram à margem. Posteriormente houve uma reparação histórica através das políticas públicas no governo de Luis Inácio Lula da Silva, como as cotas para negros, pobres e índios, nas instituições públicas, além de outros programas de governo para o acesso e permanência na educação superior através de políticas de inclusão, como é o caso dos programas Prouni e Fies. Contudo tais políticas ainda não estão voltadas para os não-heterossexuais.

Desde a criação e fundação da instituição universitária no Brasil, no século XIX até os dias atuais, podemos observar que houve avanços significativos relacionados à produção e pulverização do conhecimento científico. Por exemplo, no caso específico da UFBA, o acervo conta com um grande número de publicações que tratam da questão de gênero e sexualidade. Mas em relação às questões da

homossexualidade, a produção ainda é muito tímida. E quando se trata mais especificamente das questões de militância LGBT, o universo das produções é ainda mais restrito.

3. A MILITÂNCIA LGBT NO BRASIL

A partir das leituras de Facchini (2005; 2009), Simões (2009), MacRae (1985) e Green (2000), farei uma discussão sobre o movimento LGBT no Brasil, destacando os seguintes aspectos: motivos que levaram ao surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), como ocorreu e quais foram/são suas reivindicações, como se configurou o que hoje se designa movimento LGBT e suas implicações no cenário atual. O capítulo propõe historicizar o movimento LGBT, a partir da década de 1960 até o presente momento. Esse posicionamento foi escolhido para que o leitor pudesse começar o percurso da dissertação pela história do movimento homossexual brasileiro no texto, criando retratos desse objeto de heterogeneidade tamanha que é o “movimento LGBT”.

A militância homossexual já existia desde a década de 1960, com grupos de pessoas que se preocupavam com esta temática, mas sem uma característica política forte e voltado mais para a sociabilidade da comunidade *gay*. No entanto, segundo Frey e MacRae (1983), apesar de os grupos fazerem questão de afirmar que não tinham um projeto político, acabaram sendo o foco de algo que tinha as características de um movimento de massa.

Nos anos de 1963-1969 circulava o jornal *Snob*, voltado para o público homossexual, e foi criada a Associação de Imprensa Gay nos anos de 1967 e 1968. Esses dois fatos, respectivamente, a criação do jornal e da associação, contribuíram efetivamente para a publicização de questões referentes tanto à temática quanto à militância homossexual. Essa discussão foi relatada por MacRae (1985) e Green (2000) em seus trabalhos.

Para Simões (2009), o que levou a um projeto de politização do MHB foi que os seus militantes mais fervorosos qualificavam a atuação de despolitizada e vergonhosa, pois só ocorria no gueto, o que reforçava o preconceito contra os homossexuais.

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento homossexual já disputava, inclusive, termos diferenciados que identificassem os homossexuais, tais como “bonecas”, “homossexuais” e “entendidos”. Mas a militância homossexual ganha expressividade mesmo é no final da década de 1970 e início de 1980, durante a ditadura militar. Nesse período surge o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

O MHB era visto pelos movimentos de esquerda como um movimento de luta secundária, pois quaisquer lutas que não se identificassem com as lutas de classes sociais eram assim compreendidas. Segundo Facchini (2005), o marco do MHB é o surgimento do grupo *Somos*, no ano de 1978, em São Paulo, que objetivava lutar por direitos à livre orientação sexual, bem como agregar pessoas que se viam envolvidas com questões sociais e políticas em torno da afirmação/negação de suas identidades sexuais.

O *Grupo Somos* era composto, em sua maioria, por homens, e, em dezembro de 1978, foi rebatizado de *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*. Mais tarde, novos integrantes começam a ingressar no grupo, inclusive mulheres. E em fevereiro de 1979, foi promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo um debate sobre as minorias, sendo que os membros do grupo *Somos* aparecem pessoalmente em público durante o debate. A importância desse debate é que marcou mais uma vez a crescente importância do movimento homossexual como interlocutor legítimo na discussão dos grandes assuntos nacionais. Esse grupo encerra as suas atividades em 1983.

Em abril desse mesmo ano surge, em São Paulo, o jornal *Lampião da Esquina*, que tem em João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas seus fundadores, jornal que circulou no período de 1978 a 1981 e contou com 38 edições. Também são eles os primeiros articuladores do *Grupo Somos*. Surge também nessa época a *Coluna do Meio*, de Celso Curi – que era publicada diariamente pelo extinto jornal *Última Hora* –, voltada para tratar de assuntos sobre homossexualidade. E mesmo com o efeito negativo da ditadura militar, o movimento homossexual foi amadurecendo e ganhando força.

Os movimentos homossexuais brasileiros foram categorizados, segundo Facchini (2005) e Green (2000), de “primeira onda”, “segunda onda” e “terceira onda”.

Facchini (2005) relata que houve a formação de diversos grupos sociais de resistência no período da ditadura militar, o que, de certa maneira, influenciou a primeira onda do movimento homossexual brasileiro, visto que existia um perfil antiautoritário dentro do MHB, já que seus militantes rejeitavam qualquer hierarquização em sua constituição.

A “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro é considerada por MacRae (1985), como voltada para o “alternativo” ou “libertário”, de caráter

antiautoritário e comunitarista. Esse movimento propõe uma ação de afirmação política ressaltando a necessidade de poder expressar livremente a sua afetividade, para trazer ao cenário público “o anseio de que a homossexualidade, como toda forma de amor e desejo, pudesse ser vivida e exaltada sem restrições”. (FACCHINI, 2005, p.13).

Este tipo de militância mais “afetiva” e menos “radical” (FACCHINI, 2005) é característico da década de 1970, contrário, pois, ao praticado no início dos anos 1980, que, por conta do advento da epidemia HIV/Aids, precisava dar respostas efetivas para problemas de ordem social que fossem resultados de ações governamentais. Assim, precisaram criar estratégias de enfrentamento político de forma mais explícita e contundente que pudessem sensibilizar a sociedade, no sentido de pressionar as instâncias governamentais a criarem políticas públicas para essa comunidade específica. Podemos, assim, definir a “segunda onda” do Movimento Homossexual Brasileiro como tendo um forte caráter político, com o objetivo de reivindicar os seus direitos civis, legitimar a homossexualidade, propondo, inclusive, atuar junto com o estado e a sociedade civil no combate à epidemia da Aids. Percebeu-se também como uma necessidade desse movimento a desvinculação da imagem do homossexual a aspectos marginais. Fazem parte da “segunda onda” o grupo *GGB* (Grupo Gay da Bahia), surgido em 1983, na cidade de Salvador, e o *Triângulo Rosa* (1985), do Rio de Janeiro. Esses dois grupos são os primeiros a se oficializarem como sociedade civil sem fins lucrativos.

É preciso destacar que, segundo Facchini (2005), a epidemia da Aids, além de causar morte e violência, provocou uma fragilidade do movimento. O enfraquecimento de grupos como o *Somos*, que correspondia à “Primeira Onda”, deveu-se ao fato de seus militantes estarem morrendo por conta da epidemia. Por outro lado, começou um engajamento na luta ao combate da proliferação do HIV/Aids na população homossexual, mais especificamente a masculina. Surge, então, dentro deste contexto, um outro tipo de luta, agora, com um foco maior nas políticas públicas.

Importante salientar que, nos anos de 1990, houve um aumento no número de grupos e organizações ligados ao movimento homossexual, como também uma diversificação das instituições, com novos protagonistas, e a ampliação das relações sociais. Cabe aqui dizer que isso se deve ao combate à epidemia de Aids e ao surgimento das Organizações não governamentais (ONGs) que estariam

diretamente ligadas ao tratamento, combate e prevenção ao HIV/Aids e direitos humanos. As ONGs têm projetos de intervenção na sociedade e são financiados por agências nacionais e internacionais. Essas ONGs tinham o apoio do Estado e da Sociedade Civil e disputavam com agências estatais por fundo de financiamentos internacionais, mas havia também ONGs que tinham projetos financiados pelo Estado e mantinham com este uma “parceria”, sendo autônomas. Segundo Galvão (2000 apud FACCHINI, 2005), podemos citar, como exemplo, o surgimento em São Paulo, no ano de 1990, do Grupo de Incentivo à Vida (GIV), formado majoritariamente por soropositivos, e que tinha na sorologia positiva para o HIV o seu pressuposto para a atuação política.

Nessa direção, no início dos anos de 1990, o movimento homossexual ganhou uma nova roupagem, pois começam a surgir no Brasil grupos e instituições que, além de combaterem a epidemia de HIV/Aids, promovem ações pelo direito à gratuidade farmacológica e distribuição de preservativos e gel lubrificante. Assim, o movimento começa a mobilizar-se em torno dos direitos civis para essas “minorias sexuais”⁶. Como escreveu João Silvério Trevisan, citado por Simões:

A meu ver, o vírus da Aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o outro, no sentido de continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e – isto é importante! – dentro de cada um de nós, pelo menos enquanto virtualidade. [...] A sociedade começou a debater amplamente argumentos a favor e contra sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros/as, uso de camisinha, sexo seguro e doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, convivência ou não da adoção de crianças em famílias não-padronizadas etc. Deflagrou-se uma epidemia de informações, que não tem retorno porque deixará marcas nas próximas gerações. (TREVISAN apud SIMÕES, 2009, p. 135).

Nos finais dos anos de 1990 e início do século XXI, portanto, já com o MHB consolidado, ficam mais evidentes as questões de políticas de identidades

⁶ Hoje, as chamadas “minorias sexuais” estão muito mais visíveis. Então, as minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica, mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizarem, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho homossexual, étnico e de gênero. (LOURO, 2001, p. 2).

vinculadas ao MHB, pois, com o processo de luta pelo combate ao HIV/Aids⁷, os movimentos, além de se preocuparem com essa frente de batalha, precisam também lutar pela instituição e consolidação de políticas identitárias e de igualdade social. Assim, as lutas hoje são também pela criação de comitês de enfrentamento a homo, lesbo e transfobia nos estados, contra a vitimização e violência sofrida pelos LGBTs, pelo direito ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), pela despatologização, pela integridade física e mental, inclusão do nome social, pela não discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, pela licença-natalidade e pelo casamento gay, que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a partir da Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013, publicado em 15 de maio de 2013, que obriga a todos os cartórios brasileiros a realizar o casamento de pessoas do mesmo sexo. É nesse cenário, que segundo Facchini (2009), surge a “terceira onda” do Movimento Homossexual Brasileiro.

Sobre os avanços do MHB, no século XXI, segundo o site Política Verdade (2014), podemos citar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/06, o qual foi criado em 2006 e aprovado pela Câmara dos Deputados do Brasil em 2008. O projeto cuja autoria é da deputada Iara Bernardi, está pendente no Senado desde 2010 e propõe a criminalização dos preconceitos motivados pela orientação sexual e pela identidade de gênero. A redação já aprovada propunha, além da penalização criminal, também punições adicionais de natureza civil para o preconceito homofóbico, como a perda do cargo para o servidor público, a inabilidade para contratos junto à administração pública, a proibição de acesso a crédito de bancos oficiais, e a vedação de benefícios tributários. O texto ainda prevê cadeia de até 5 anos para quem publicamente criticar homossexuais com base em sua orientação sexual. Segundo Mott (2000), o Brasil é o primeiro país do mundo em assassinatos por homofobia, seguido pelo México e pelos Estados Unidos, e é na região Nordeste, mais especificamente na Bahia, que esses crimes são realizados.

Na contramão das expectativas de crescente tolerância e liberdade sexual, a homofobia persiste entre nós, sobretudo na forma velada e menos espetacular da humilhação e da segregação cotidianas, que ocorrem em contextos de proximidade, na família, na escola, entre vizinhos e conhecidos. Pode-se dizer, sem medo de errar, que sofrer

⁷ A questão do HIV/Aids aparece nesta pesquisa como um elemento que vem exemplificar as lutas e conquistas dos direitos civis homossexuais. Para mais informações sobre a questão ver em: GRANGEIRO A; LAURINDO da Silva L; TEIXEIRA PR. Resposta à AIDS no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. **Rev Panam Salud Pública**. 2009; 26(1): 87-94.

algum tipo de insinuação, ofensa verbal ou de ameaça de agressão física faz parte da experiência social de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil. (SIMÕES, 2009, p.26).

Outro avanço é a despatologização da homossexualidade, que considerada como uma doença, foi retirada da Classificação Internacional de Doenças (CID), em 1995, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Concluíram não existirem sinais que justifiquem considerar a orientação homossexual como doença ou mesmo como sintoma, tratando-se apenas de uma manifestação do ser humano.

Destaca-se também a cirurgia de transgenitalização que no passado só era possível de ser realizada fora do Brasil e para quem pudesse pagar. Nos dias atuais, com os avanços ocorridos tanto na ciência biomédica como também no ramo do direito no Brasil, tem-se assegurado para os indivíduos que não se identificam com o sexo anatômico, ao menos parcialmente, que realizem a cirurgia de redesignação sexual.

Segundo Galli (2013), em 2008, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Atenção à Saúde, editaram as portarias de nº 1707 e de nº 457, que instituem, respectivamente, o processo transexualizador no âmbito do SUS. Então, o SUS tem que prestar o acesso universal ao tratamento livre de discriminação, atenção da equipe multidisciplinar e tratamento hormonal e cirúrgico. No entanto, tais iniciativas são frutadas pelas pressões de setores conservadores da sociedade. O SUS só realiza a cirurgia em quatro hospitais públicos, e não consegue dar conta da demanda. E em virtude disso, quem não consegue pagar pela cirurgia em hospitais particulares, que cobram valores entre 10 a 25 mil reais, acabam desistindo da cirurgia. Apesar dos avanços para a população transexual, continua existindo limites e barreiras no acesso a serviços de saúde.

Segundo Simões e Facchini (2009), em relação à identidade sexual, o atual ativismo LGBT foi responsável pela difusão do conceito de orientação sexual, e esta noção terminou consolidando todo um debate em relação aos direitos “individuais, dentro do ativismo homossexual, e criou um lugar simbólico para expressão pública da homossexualidade, contraposta à sua medicalização e criminalização.” (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 28-29).

A princípio, a noção de orientação sexual é muito genérica e refere-se ao sexo ou gênero, ela se presta a várias interpretações e usos dentro do ativismo LGBT, como uma estratégia política para demarcar uma política das identidades:

Falar em “identidade sexual”, sob essa perspectiva, implica referir-se a duas coisas diferentes: o modo como a pessoa se percebe em termos de seu desejo; e o modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si, em determinados ambientes ou situações. É difícil afirmar que as pessoas sejam responsáveis pela “escolha” do objeto de seu desejo. Nesse sentido, acreditar que a orientação sexual seja uma “opção” soa inadequado; e embora o termo “opção” tenha se popularizado entre nós para exprimir certo senso de tolerância para com a homossexualidade, tem sido insistentemente rejeitado pelos ativistas e aliados do movimento LGBT por sugerir, entre outras coisas, que a orientação sexual seja algo que se possa adquirir, descartar e trocar conforme as circunstâncias, como a roupa que se veste em determinada ocasião. (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 33).

O MHB impulsionou a formação, ao longo destes mais de 50 anos, de uma multiplicidade de grupos, entidades, organizações e ONGs que têm em comum um público-alvo com características identitárias parecidas, mas que, no entanto, disputam entre si espaço de atuação e, até mesmo, tipos de demandas que os militantes querem escolher, chegando ao ponto de haver “rachas” no interior de determinado grupo, que leva à criação de outro, como é o caso do *Outra Coisa*⁸, quando seus militantes, antes de formarem este grupo, faziam parte do *Somos* (FACCHINI, 2005)..

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI é que há uma enorme visibilidade desta “subcultura”, não se podendo mais negar que existam bares e boates exclusivamente gays. E avanço maior acontece, com a circulação comum, em cafés e restaurantes, de homossexuais e heterossexuais. O mundo gay passou um longo período reprimido e esta repressão impulsionou o surgimento de alguns atos representativos de repúdio à violência contra gays, como a parada do Orgulho Gay e a reabertura das portas que o mundo gay foi obrigado a fechar.

O símbolo do movimento das minorias sexuais é a imagem do arco-íris, em diversas partes do mundo, retratando a dispersão identitária tão característica do momento atual. Se nos anos 70, o movimento era majoritariamente composto por homossexuais masculinos de classe média e formação acadêmica, hoje existe uma gama de identidades que se fazem presente nos espaços públicos, que requerem não só visibilidade, mas também direitos e serviços públicos específicos. Os grupos de identidade se proliferam pelo país, ganhando máxima expressão nas famosas

⁸ Grupo fundado em São Paulo, em maio de 1980, dissidência do grupo *Somos*, foi o primeiro grupo paulistano a divulgar, em julho de 1983, informações a respeito da Aids.

paradas LGBTs, que, no Brasil, começaram na cidade de São Paulo e se ramificaram por outras cidades brasileiras.

Criaram-se grupos de homossexuais masculinos, de lésbicas, de transexuais, de travestis, de intersexuais, de bissexuais, de homossexuais negros, de lésbicas negras, grupos de combate às DSTs / AIDS, grupos ligados à temática dos direitos humanos, grupos acadêmicos de gênero e diversidade sexual, grupos *queer*, etc.

Com relação à atuação política destes grupos, Facchini e Simões (2009) afirmam:

Do ponto de vista organizacional, passa a preponderar quase definitivamente o modelo das ONGs, que levou à contenção do número de membros efetivos; criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou reivindicação de direitos; profissionalização de militantes [...] (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p.138 – 139).

A partir da atuação política, as relações entre os grupos e o Estado se ampliaram. Primeiramente, em relação à epidemia da AIDS; em seguida, na busca por direitos e serviços. Agentes do Estado, principalmente autoridades médicas, elaboraram e defenderam, explicitamente, uma política de identidade como instrumento para conter a Aids e as DSTs. Segundo Simões (2009), a “educação por pares” de alguns órgãos oficiais, como por exemplo, o Ministério da Saúde, pressupõe que a criação de grupos identitariamente coesos produz canais de informação e de formação mais sólidos na luta contra o preconceito e as doenças. A vulnerabilidade⁹ também comparece nos discursos de autoridades médicas, profissionais de assistência social e de militantes como um instrumento que indica que alguns grupos devem ser fortalecidos com políticas públicas específicas, para que os direitos básicos sejam garantidos.

⁹ “José Ricardo Ayres (2005) define a vulnerabilidade ao HIV e à Aids como o conjunto de aspectos individuais e coletivos relacionados ao grau e modo de exposição à infecção e adoecimento pelo HIV e, de modo indissociável, ao maior ou menor acesso a recursos adequados para se proteger de ambos. Por isso, os comportamentos associados à maior vulnerabilidade não podem ser entendidos como uma decorrência imediata da vontade pessoal. Estão relacionados às condições objetivas nas quais os comportamentos acontecem e ao efetivo poder que as pessoas e grupos sociais podem exercer para transformá-las.” (BRASIL, 2006, p. 34).

“No plano social, a vulnerabilidade está relacionada a aspectos sócio-políticos e culturais combinados, como o acesso a informações, grau de escolaridade, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidades de enfrentar barreiras culturais, etc. Pode ser entendida, portanto, como um espelho das condições de bem-estar social.” (BRASIL, 2006, p. 35).

Em junho 2008 o MHB passa a autodenominar-se por Movimento LGBT, sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Segundo Facchini (2005) essa transformação das siglas ao longo da história mostra um pouco da evolução do próprio movimento que, ao longo das décadas, foi incorporando a luta de lésbicas, travestis e recentemente das transexuais.

Os novos movimentos sociais, surgidos no Brasil principalmente a partir da década de 1980, têm a característica de reunir-se em torno de identidades. Segundo Gohn (1999), os movimentos sociais identitários podem ser compreendidos como movimento de mulheres, étnicos, ecológicos, LGBT os quais possuem uma característica específica, por envolver sujeitos de diferentes classes sociais, diferentemente dos movimentos anteriores que estavam agrupados quase que exclusivamente por uma questão de classe. Os seus adeptos lutam por novas culturas, políticas de inclusão, contra e atuam pelo reconhecimento da diversidade cultural tematizando e redefinindo a esfera pública.

Por Movimento LGBT Brasileiro compreende-se um grupo de pessoas que se organizam em torno de grupos, associações, entidades, podendo estas ter o caráter jurídico de associação civil sem fins lucrativos, de utilidade pública ou filantrópica, ou, ainda, como organização da sociedade civil de interesse público, bem como sujeitos que não se filiam a nenhuma desses formatos de grupos acima citados, mas participam de outros formatos de grupos em universidades, partidos políticos, grupos de estudos, etc. Tais sujeitos/grupos lutam em torno da garantia de direitos relacionados à livre expressão sexual, no combate ao preconceito e discriminação por orientação sexual, independentemente de qual seja a sua orientação.

Em 1995, foi criada a Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis e Transexuais (ABGLT). Ela constitui-se como uma ONG com o caráter de organização da sociedade civil de interesse público e visa reunir em torno dela o maior número de organizações governamentais e não-governamentais, bem como de sujeitos interessados na luta pelos direitos dos homossexuais. No campo do movimento, podemos dizer que a criação dessa associação permitiu uma maior unificação do movimento em torno das bandeiras de luta e uma maior aproximação com o Estado. No entanto, a criação da ABGLT com seu caráter jurídico possuía outros fins, além dos de representatividade do movimento. Tal caráter permitiu a ela, bem como a todas as outras ONGs, que passassem a caracterizar-se como pessoa jurídica, firmar parcerias com o Estado para obtenção de financiamentos de projetos.

Uma das consequências desse novo cenário, muitos grupos ligados a movimentos sociais tornaram-se ONGs, a fim de obter financiamentos e manter uma estrutura de mobilização mais ou menos estável, ao contrário dos antigos grupos, mais informalmente organizados. É a partir dessa lógica que os grupos homossexuais no Brasil passam a assumir um caráter jurídico, no intuito de firmar parcerias com o Estado a ampliar a sua atuação.

A existência de um movimento organizado pressupõe que algo vem sendo negado em relação aos direitos de um grupo. Não se pode mais ignorar a quantidade de pessoas que invadem o Campo Grande, a Avenida Sete e a Carlos Gomes, em Salvador, todos os anos, para celebrar a diversidade e cobrar os direitos civis que lhes são negados. Esses sujeitos demandam políticas específicas e, organizados em torno de uma causa, tencionam e pressionam o Estado a formular políticas públicas que combatam a homofobia, com o objetivo de contribuir para a efetivação de políticas na promoção dos direitos humanos e de afirmação e reconhecimento da diversidade sexual.

Durante o primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006), a relação do movimento com o Estado modificou-se significativamente. As parcerias permaneceram, principalmente as estabelecidas com Ministério da Saúde. No entanto, o movimento homossexual, assim como outros movimentos sociais, passou a ter um diálogo mais direto e aberto com o Governo. As políticas sociais passaram a ter maior prioridade nesse governo, diferentemente do que vinha acontecendo no governo anterior. Em decorrência dessa nova postura, menos conservadora e mais democrática, nos limites da democracia capitalista, em 2004, o Governo Federal lança o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra a população GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual em resposta às reivindicações do movimento LGBT, apontando o espaço escolar como um espaço privilegiado para a implementação da política. O ineditismo deste Programa se dá por conta de ser o primeiro programa governamental criado junto com o movimento LGBT para responder as suas demandas. Com base nas principais reivindicações dessa população, o documento é composto por um programa de cinquenta e três ações, desde a articulação de políticas de promoção da cidadania homossexual, passando por políticas de saúde, educação, cultura, trabalho, justiça e segurança, incluindo também políticas para a juventude, mulheres e negros. Esse programa tem a particularidade de ser o

primeiro programa de Governo com vistas à promoção dos direitos humanos, combate à homofobia e a discriminação por orientação sexual.

Nos campos da educação e cultura, o documento propõe a elaboração de políticas culturais que valorizem a diversidade sexual, elaboração de estudos e pesquisas, formação e capacitação de profissionais da educação, normatização do ensino, formulação de políticas educacionais não discriminatórias e que incluam o tema da diversidade sexual. A existência do Programa BSH reflete o reconhecimento por parte do Estado de que existe discriminação por orientação sexual no Brasil e que esse fenômeno se reflete no comportamento homofóbico.

A diversidade que vemos vibrar no arco-íris das paradas LGBTs não está separada de uma crescente dificuldade de produzirmos a diferença. Diferença entendida não como várias cores identitárias, mas como produção de modos de vida que escapam, mesmo provisoriamente, das armadilhas do poder no contemporâneo. Somos cada vez mais diversos, mas cada vez mais homogêneos em nossos desejos, afetos e modos de vida. Cada vez mais temos desejo por Estado, direitos garantidos, modos de vida tutelados juridicamente. E o que é mais grave, nossa política frenética de produção de identidades é acompanhada do enfraquecimento da política de alteridade em nós e em nossos grupos de pertencimento social e político. Nossa capacidade de se “sujar” com as dores e os modos de vida do outro não necessariamente se amplia por causa da profusão das cores do arco-íris. Pode haver uma razão inversa: quanto maior a dispersão identitária, menor nossa capacidade de encontro com o outro e com nossa própria capacidade de “minorar”, ou seja, produzir diferença.

4. IDENTIDADE: CONCEITOS E REFLEXÕES NO ÂMBITO DA DIVERSIDADE

Anteriormente à década de 1960, a noção de identidade estava ligada à concepção de um sujeito unificado. Entretanto, o deslocamento de seus elementos constituintes agregou-lhe o caráter fluido, polissêmico e móvel, sendo possível ao sujeito identificar-se com referências culturais distintas. Logo, a aceitação ou negação de determinadas características identitárias das culturas diversas implica, necessariamente, uma escolha política. Tais processos de identificação têm redefinido o sujeito contemporâneo e, por conseguinte, ampliado a noção de identidades nacionais.

Segundo Bauman (2005 apud FARIA; SOUZA, 2011), “a essência da identidade constrói-se em referência aos vínculos que conectam as pessoas umas às outras e considerando-se esses vínculos estáveis”.

O habitat da identidade é o campo de batalha: ela só se apresenta no tumulto. Não se pode evitar sua ambivalência: ela é uma luta contra a dissolução e a fragmentação, uma intenção de devorar e uma recusa a ser devorado. Essa batalha a um só tempo une e divide, suas intenções de inclusão e segregação misturam-se e complementam-se (BAUMAN, 2005 apud FARIA; SOUZA, 2011).

Sem se afastar do pensamento de Bauman (2005), Stuart Hall (2006 apud FARIA; SOUZA, 2011) apresenta o conceito do que denomina "identidades culturais" como aspectos de nossas identidades que surgem de nosso "pertencimento" a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. O autor entende que as condições atuais da sociedade estão "fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais" (HALL, 2006 p. 9 apud FARIA; SOUZA, 2011).

O autor inicia o seu texto alertando que identidade é um conceito bastante discutido pelas teorias sociais e que as velhas identidades as quais estabilizaram o mundo estão em declínio, sendo assim substituídas pelas novas identidades, caracterizadas, entre outros aspectos, pela fragmentação do indivíduo moderno, fato que, segundo suas palavras, tem promovido grande mudança estrutural nas sociedades.

Hall (2006) analisa o sujeito social, desde o Iluminismo até os dias atuais, propondo três concepções de identidade, quais sejam:

1) o sujeito do iluminismo, o qual estava baseado num indivíduo totalmente centrado, dotado da razão, cujo centro consistia num núcleo interior, que aparecia quando o sujeito nascia e permanecia basicamente o mesmo ao longo de sua existência.

2) O sujeito sociológico, que refletia a complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo interior do indivíduo não era autônomo, e sim formado na relação com outras pessoas: a identidade da pessoa é formada na interação entre o eu e a sociedade.

3) Por fim, o sujeito pós-moderno, composto não de uma única, mas de várias identidades, muitas vezes contraditórias ou não resolvidas. O autor afirma que uma mudança estrutural está fragmentando as diversas identidades culturais – de classe, gênero, sexualidade, etnia e nacionalidade – as quais, se antes eram sólidas localizações, em que o sujeito moderno se encaixava socialmente, hoje se encontram com fronteiras menos definidas, provocando no sujeito pós-moderno uma crise de identidade.

Ao abordar sobre a noção de identidade, Joaquim (2001, p. 54 apud REIS, 2009) teoriza que “consiste num fenômeno derivado da dialética entre um indivíduo e a sociedade”, destacando, ainda, que os tipos de identidade são produtos socialmente determinados. Nessa perspectiva, “a identidade social é vista como algo que está relacionada àquilo que o indivíduo atribui, de forma positiva, a um grupo de referência, com o qual partilha satisfatoriamente valores e tradições” (REIS, 2009).

Como se pode observar, a conceituação de identidade pode, de certa forma, para alguns, parecer simples. Um exemplo é o termo trabalhador, que já demarca uma identidade profissional do sujeito: “sou professor”. Apesar dessa especificação abrangente, definir a identidade ou as identidades é bastante complexo, pois a definimos a partir do referencial que temos do outro, a partir de um determinado contexto, “por este motivo, a identidade social é relacional, conjuntural, não é fixa, nem completa.” (FACCHINI, 2005, p. 29).

Woodward (2012) afirma que primeiramente precisamos conceituar e dividir a identidade em suas diferentes dimensões para, então, compreender como elas funcionam. Segundo, ela é vista como fixa e imutável para os “essencialistas” que reivindicam quem pertence e quem não pertence a certo grupo identitário. Na

maioria das vezes as reivindicações estão relacionadas com o essencialismo histórico, onde “a história é construída ou representada como uma verdade imutável” (WOODWARD, 2012, p.13) Mas, também, estas reivindicações podem ter como base a natureza. Como exemplo, podemos citar as questões de etnia, raça e parentesco. A identidade é relacional, e está vinculada a condições sociais, materiais, simbólicas, que incluem ou excluem o indivíduo a partir, por exemplo, de qual shopping, bar, colégio/universidade se frequenta e em qual bairro reside. Ao mesmo tempo em que as semelhanças identitárias são marcadas, elas podem ser obscurecidas, pois quando se afirma que se pertence à determinada identidade nacional, omite-se diferenças como as de classe social e de gênero.

As identidades são produzidas a partir de um sistema de representação, a partir das posições que o sujeito ocupa no interior do sistema que inclui os sistemas simbólicos e as práticas de significados:

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 2012, p.18)

Então, a identidade é moldada através das práticas socioculturais e, na maioria das vezes, somos constrangidos pelas relações sociais, levando-nos a nos silenciar, posicionar ou, até mesmo, agir de determinada maneira estabelecida pela cultura/sociedade:

[...] a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação (RUTHERFORD, 1990, p.19-20 apud WOODWARD, 2012, p.19).

Alguns pesquisadores, acadêmicos e teóricos questionam, nos dias atuais, se as identidades são realmente fixas ou se elas são fluidas e mutantes e, ainda, se há uma crise de identidade. Para Woodward (2012), estão ocorrendo mudanças na formação da identidade, não apenas em escalas globais e nacionais, mas, também,

em níveis regionais, locais e pessoais. Assim, as “verdades” que foram construídas ao longo da história tradicional são contestadas e novos parâmetros são propostos para se avaliar o que chamamos de identidade, no sentido normativo da fixidez. Dessa forma, aparece não só um discurso sobre novas identidades, mas, sobretudo, na contemporaneidade, também um “conflito entre as diferentes identidades”, constituindo, conseqüentemente, uma “crise de identidade”, que perpassa também sobre as questões de gênero e sexualidade.

Então, hoje, na pós-modernidade, atravessar as fronteiras do gênero e da sexualidade parece ser mais recorrente, ou mais visível, pelo menos aparentemente, e essa classificação binária entre masculino e feminino, heterossexual e homossexual, não consegue dar mais conta das diversas práticas e identidades que são experimentadas e modificadas pelos sujeitos.

É claro que quem ousa burlar a normatividade heterossexual está sujeito às conseqüências que podem ir desde a repressão ao isolamento, e, em casos mais violentos, à morte, como tem acontecido em grandes centros urbanos, a exemplo das agressões contra os homossexuais, que, em muitos casos, chegam a provocar a morte. Apesar dessa violência sofrida pelos sujeitos que estão em constante processo de afirmação de sua identidade ou, se quisermos avançar, pelo direito ao questionamento do que nos é imposto como natural e que, na verdade, é sócio-culturalmente construído, buscam reivindicar, cada vez mais, o direito a ter a identidade respeitada como uma idiossincrasia e não como uma anormalidade.

Segundo Woodward (2012), as diferenças das identidades são fabricadas “tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão social” (WOODWARD, 2012, p.40). Então, quando o sujeito é diferente das convenções impostas pela sociedade heteronormativa¹⁰, ele é excluído socialmente. Assim, assumir a heterossexualidade porque nos dizem que é o “normal” e que é essa identidade sexual a normal, sem considerarmos que tal ideologia normativa pode muitas vezes ser uma violência contra o sujeito, é não pensar no humano como um ser constituído de múltiplas possibilidades.

¹⁰ É a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero. (MISKOLCI, 2012, p.43-44).

Deve-se lembrar que o sujeito só se constitui a partir da textualidade do discurso, ou seja, a língua também se constitui enquanto elemento identitário, pois é a ferramenta do sujeito para potencializar suas demandas, no campo das ideias. Vale dizer que a linguagem é também um fator de exclusão, pois o seu papel fascista não é comunicar, mas de nos coagir, nos obrigar a dizer a partir da conformidade com as regras tradicionais presentes e despretensiosamente neutras da linguagem; no entanto não existe nada de despretensioso, pois quando nos referimos a homens e mulheres em conjunto, tratamos todos na forma masculina, mesmo que a maioria seja de mulheres e tenha apenas um homem. Podemos trazer à tona a questão da presidenta Dilma Russéf, que, por mais que a norma culta da língua portuguesa prescreva que o seu título de chefe da nação seja pronunciado no masculino (presidente), à própria faz questão de ser chamada de “presidenta” da república. Isso nos mostra que tal postura está longe de ser inofensiva, pois privilegia e favorece um gênero. Segundo Dinis (2008), a regra geral que persiste, mesmo nos textos acadêmicos, é o masculino. Louro (1997) corrobora esse pensamento:

É impossível esquecer que uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina, na escola, consiste em saber que, sempre que a professora disser que “os alunos que acabarem a tarefa podem ir para o recreio”, ela deve se sentir incluída. Mas ela está sendo, efetivamente, incluída ou escondida nessa fala? Provavelmente. É impossível avaliar todas as implicações dessa aprendizagem; mas é razoável afirmar que ele é, quase sempre muito duradoura. É muito comum que uma profissional, já adulta, refira a si própria no masculino: “eu como pesquisador...”. Afinal, muitos comentariam, isso é “normal”. Como também será normal que um/a orador/s, ao dirigir para uma sala repleta de mulheres, empregue o masculino plural no momento em que vislumbrar um homem na platéia (pois essa é a norma, já que aprendemos e internalizamos regras gramaticais que indicam ou exigem o masculino) (LOURO, 1997, p. 66).

Então, é o modelo binário composto apenas por dois termos que identificam apenas categorias funcionais identificadas a partir do binômio homens e mulheres, com seus atributos de masculinidade e feminilidade, e mascara o discurso hegemônico do falocentrismo, reproduzindo a hegemonia heterossexual que suprime a multiplicidade subversiva da sexualidade.

A opressão é uma “arma”, um “mecanismo”, uma “estratégia” utilizada há séculos pelas elites dominantes, pelos mais favorecidos e pelos mais fortes, de

várias maneiras e de diferentes formas, contra as minorias que podem ser etnorraciais, de gênero e sexuais, na medida em que estas minorias são grupos sociais classificados como inferiores, anormais ou abjetos.

A identidade *gay* que foi se forjando na modernidade e conseqüentemente sendo construída historicamente pelo capitalismo e as relações nele existente é de uma identidade *gay* branca, burguesa, cidadina e com um bom comportamento sexual. Segundo Perlongher (2004), existe todo um aparato que identifica um *gay* com um determinado modelo corporal, corte de cabelo, roupa etc.

Se para Perlongher (2004) a homossexualidade tem uma disciplina social específica, para a heterossexualidade também não é diferente. Conforme Aragão (2013, p. 364), há uma economia da reprodução pela qual “a sexualidade é submetida ao relacionamento homem-mulher com objetivo geracional e, ao mesmo tempo, busca impedir os prazeres paralelos”, que são: “a curiosidade da criança, a masturbação do jovem etc.” (ARAGÃO, 2013, p.364). Nessa lógica, docilizar os corpos é a função primordial da heterossexualidade.

Louro (2010) utiliza o termo “viagem” como uma metáfora para mostrar que os sujeitos estão em constante trânsito em suas questões sobre o seu corpo, sexualidade e gênero. A autora faz menção ao filme “Transamérica”, exibido, no Brasil, em 2006, que retrata as “viagens” de dois personagens: Bree, uma transexual, e seu filho Toby. A autora traz o filme como forma de analisar e discutir a passagem de um corpo do sexo masculino que não se reconhece como pertencendo ao gênero masculino e quer fazer a mudança do sexo masculino para o feminino, quanto ocorrerá a identificação entre corpo e mente, que agora se reconhece como pertencente ao gênero feminino.

Em muitos filmes, livros, novelas e seriados, os personagens estão em constante movimento, na busca de encontrar alguma coisa que falta para completá-lo. Na maioria dos casos, o que fica claro é que nessas viagens, à procura de um sonho ou uma realização pessoal, os sujeitos se transformam. A viagem não pode ser tida como um desenvolvimento linear, progressivo, coerente e unificado, e sim como difuso, confuso e plural.

A autora também trata sobre a questão da nomeação de um corpo no seu nascimento ou, até mesmo, antes, no período da gestação, momento em que se desencadeia a existência do sujeito como menino ou menina, que vai se desenvolver durante toda a sua “viagem” ou existência na Terra. O ser, a partir

dessa designação, deverá seguir padrões já pré-determinados pela sociedade, com suas normas reguladoras, reiteradas por uma multiplicidade de discursos, práticas e estratégias que o aprisionam no modelo imposto, e estes sujeitos terão, a princípio ou até mesmo pela vida toda, que seguir estes padrões sócio-culturais. A viagem iniciada por estes sujeitos tem que ser coerente entre o seu sexo, o seu gênero e a sua sexualidade, ou seja, se o corpo é do sexo tido como macho, então deverá ter um gênero masculino e ter desejo pelo sexo oposto. Esse raciocínio também se aplica ao sexo fêmea, de gênero feminino.

Essa lógica vem de um sistema binário que acredita que os dados citados acima existem antes da cultura. Mas isso não quer dizer que esses viajantes não possam mudar o curso da viagem. Não se pode pensar que a viagem a qual nos referimos até agora seja algo simples, pois somos criados pelo padrão da heteronormatividade e, por conseguinte, estamos psicologicamente embutidos de padrões heterossexuais. No momento em que decidimos fazer uma viagem “inquietante”, que inevitavelmente revira a nossa cabeça, estaremos em constante estado de conflito conosco mesmo e com os que nos rodeiam, pois, também, somos vigiados por essa cultura reguladora heteronormativa que, compulsoriamente, já nos designou como categoria de determinado gênero, a partir do nosso nascimento. Quem decide fazer a viagem sai, portanto, do caminho previsto, busca a transformação, a passagem, como é o caso do personagem Bree, do filme supracitado, que, também, tem uma vontade de seguir com a passagem, ou seja, com a mudança definitiva do sexo masculino para o sexo feminino. Tais mudanças implicam romper com os padrões reguladores da heteronormatividade.

Louro (2010) pergunta, assim, quem é que faz esse trânsito e qual o significado social desse deslocamento. A viagem tem uma série de razões e significados que podem ocorrer por circunstâncias alheias, como a migração o exílio e outros tipos mais. Essas viagens ocorrem, também, por questões de gênero, raça e classe. O cruzamento da fronteira e os motivos que os levaram a essa tomada de atitude têm efeitos culturais significativos para quem realiza a “travessia” e para todos que convivem com esses viajantes.

Por outro lado, existem pessoas que vivem nas fronteiras, que não querem demarcar apenas um território e por isso vivem na ambiguidade, não se fixam. Entretanto, as fronteiras são locais de transgressões e de contrabando, e por isso mesmo de vigilância e policiamento. No quesito gênero e sexualidade, parece que

aqueles que desejam estar sempre na divisa entre dois territórios não estão preocupados em se integrar em nenhum deles, o que querem mesmo é ser estrangeiros, pois não dão importância à norma e nem pretendem questioná-la. São nômades, vivem de passagem por territórios.

Judith Butler (2008), teórica *queer*, em relação a “sujeitos do sexo/gênero/desejo”, apresenta reflexões sobre o que pensava Simone de Beauvoir, Luce Irigaray, Michel Foucault, Monique Wittig, entre outras, a respeito da construção da identidade de gênero, mais especificamente, o feminino. Ela trata questões, segundo esses autores e autoras, de poder, linguagem, política feminista, heterossexismo, biologia, metafísica da substância, falocentrismo, heterossexualidade compulsória¹¹, simetria e o binarismo na construção do gênero feminino.

A autora afirma que, segundo Foucault, por exemplo, o poder de regulação na vida política do sujeito é uma constante negação para os não-heterossexuais ou as mulheres heterossexuais, através de limitações, proibições, regulamentação e controle de suas vidas, a partir de uma proteção para os indivíduos que se relacionam com a política estrutural hegemônica, ou seja, a política e o poder jurídico não permitiam à mulher acesso ao seu direito de agir sobre a sociedade, pois a mulher era realmente vista como um gênero e o homem não fazia parte dessa categoria, pois é como se ele fosse superior, e portanto, não se enquadraria nas questões de gênero.

O gênero não é constituído de forma coerente ou consistente, ele é múltiplo, pois traz consigo todo um contexto histórico de diferentes relações e interações com peculiaridades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais. No livro *Problemas de Gênero*, Butler (2008) traz também à tona a questão da inteligibilidade, que, segundo a autora, é a coerência existente entre sexo, gênero e sexualidade.

Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem

¹¹ Segundo Adrienne Rich (2010), a heterossexualidade compulsória é na verdade a obrigação de que todos os sujeitos sejamos automaticamente heterossexuais, ou que, mesmo que não sejamos heterossexuais, pelo menos estejamos dentro das normas tidas como heterossexuais.

ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2008, p.38).

O binarismo homem/mulher não quer dizer, necessariamente, que o termo homem sempre deva ser usado para o corpo masculino e o termo mulher sempre para o corpo feminino, pois pode haver um corpo masculino com um gênero feminino e vice-versa. O termo sexo é passível de contestação, pois este termo foi construído culturalmente enquanto gênero.

Butler (2008) diz que, embora Beauvoir seja uma defensora dos direitos das mulheres de se tornarem, de fato, sujeitos existenciais, em sua teoria da corporificação o sujeito é universalmente masculino e o “Outro” feminino não está dentro das normas de universalização da condição de pessoa. A autora faz uma análise a partir do conceito de falocentrismo, no qual o dualismo entre mente e corpo traz, nitidamente, a noção cartesiana nas relações de subordinação e hierarquias políticas e psíquicas.

O discurso sobre a identidade de gênero busca esclarecer às pessoas sobre a inteligibilidade, que nada mais é do que a coerência e a continuidade da pessoa segundo um conceito estabilizador de sexo, gênero e sexualidade, de modo que esses três elementos definem as características lógicas e analíticas da condição da pessoa dentro das normas sócio-instituídas. Então, o que dizer das pessoas, cujo gênero é incoerente e descontínuo em relação às normas de inteligibilidade cultural na qual são definidas as pessoas?

Butler (2008), em *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade*, também retrata que a construção de uma identidade sexual pautada no binômio masculino/feminino está fadada ao fracasso, pois não está em conformidade com as demandas da sociedade. A sexualidade foi construída dentro das relações culturais de poder existentes e o que esteja “antes”, “fora” ou “além” destas relações de poder é um sonho, uma impossibilidade política de acontecer.

No texto *“Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*”, Judith Butler (2010) traz o questionamento sobre os efeitos da desnaturalização ou da naturalização. Segundo a autora, o nosso corpo é um instrumento que pode ser moldado ou reestruturado com o tempo, a depender da “identidade” que o sujeito “assuma”, e é a partir da materialidade de gênero que esse sexo ou esse corpo vai

se estruturando, não podendo deixar de lado, é claro, a questão do discurso normativo sobre a diferença sexual.

Segundo Foucault (apud BUTLER, 2008), o ideal regulatório sobre o sexo é, desde o início, normativo. Portanto, é nesse sentido que ele diz que o sexo não funciona somente como uma norma, mas é, também, uma parte integrante de regulações de práticas que produzem os corpos nos quais o ideal regulatório se materializa e impõe o controle através de práticas reguladoras. Assim, o sexo é materializado coercitivamente através do tempo. Ele simplesmente não é fato ou condição natural do corpo, e sim um árduo caminho trilhado pelas normas regulatórias que materializam o sexo e o reiteram através destas normas. Porém, essa reiteração pode ser modificada a partir de articulações que coloquem em xeque a força hegemônica da lei regulatória.

A performatividade de gênero¹² é um processo contínuo e tem a ver com a história de vida do sujeito, não é “uma máscara ou uma “entidade”. É uma prática reiterada, que performativa os corpos, ao longo do tempo, e dá a ele a materialidade específica, esperada pelo imperativo heterossexual, que materializa o sexo do corpo, onde identifica a diferença sexual “desejada” pela heteronormatividade. A materialidade do corpo é o efeito do poder que é produzido através da construção desse corpo, ou seja, do seu contorno, do seu movimento, da sua forma, de sua modelagem. Então o gênero é concebido como uma construção cultural de inteligibilidade, que se identifica com os discursos do imperativo heterossexual, que viabiliza algumas identificações sexuadas e impossibilita ou nega outras identificações.

O aparato regulatório de heterossexualidade determina uma série de mecanismos para a “assunção” do sexo. Todo este aparato é uma produção coercitiva e “citacional” para a determinação de um sexo feminino ou masculino que se constrói desde o ventre. Essa identificação com o sexo feminino ou masculino é uma materialização compulsória, a partir das demandas normativas, que dá um significado a um corpo sexuado.

¹² O gênero é performativo porque é feito de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva. (...) A performatividade de gênero sexual não consiste em eleger de que gênero seremos hoje. Performatividade é reiterar ou repetir as normas mediante as quais nos constituímos: não se trata de uma fabricação radical de um sujeito sexuado genericamente. É uma repetição obrigatória de normas anteriores que constituem o sujeito, normas que não se pode descartar por vontade própria. (BUTLER, 2002, p. 64-65).

Faz-se necessário pensar em como os corpos que “pesam” são construídos, de que formas eles se materializam, como são legitimados, de quais formas são concebíveis. Isso porque as normas reguladoras da heterossexualidade hegemônica não querem considerar um corpo abjeto¹³ como plenamente humano, o que reforça, ainda mais, a ideia das normas reguladoras e da hegemonia simbólica.

Assim, os mecanismos, modos, e construções utilizadas para a assunção de uma identidade sexual ou de gênero não deixam de empregar uma variedade de forças que constituem um desejo por identidade. É evidente que esta assunção percorre caminhos dos mais variados possíveis pelos quais os sujeitos, por exemplo, podem sofrer violência, estar vulneráveis e com isso constituir as identidades sexuais, criando com isso normas e gêneros. A heteronormatividade não é algo dado e sim construído, ela faz parte das normas heterossexuais compulsórias que foram se forjando ao longo do tempo. É iminente e imprescindível que nós, pesquisadores, professores e estudantes comecemos a desnaturalizar a heteronormatividade, pois os seus pressupostos são muito caros à população.

A história do movimento LGBT nos mostrou variadas condições políticas e como se construíam biopolíticas para tratamento das epidemias como o HIV/Aids apostando nas margens vulneráveis da identidade, mas especificamente a identidade homossexual gay .

Mais que pensar as identidades, é necessário libertar-se das letras e entender que as manifestações das sexualidades e identidades estão para além das nomações, do binarismo macho *versus* fêmea e da heteronormatividade. Segundo Colling (2011), se quisermos o respeito à diversidade sexual e de gênero, é fundamental desconstruir essa linha coerente, precisa-se considerar as diferentes manifestações da sexualidade respeitando-as e legitimando o direito da escolha de cada um segundo sua própria construção identitária.

Certamente, há outras formas de analisar as práticas discursivas no âmbito das identidades, mas, para os propósitos desta dissertação, pretendeu-se apenas fornecer alguns elementos que problematizam a multiplicidade das identidades e seu papel fundamental na construção de novas formas de visibilizar as identidades no plano sexual e de gênero, já que os rótulos/caixinhas limitam a diversidade nessas categorias.

¹³ Segundo Butler (2010), o corpo abjeto são aquelas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, são pessoas que não gozam do status de sujeitos.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O intento da pesquisa que delinea a presente dissertação foi o de analisar como o grupo de militância LGBT Coletivo KIU surge na Universidade, na tentativa de conhecer as marcas identitárias que o constituem e o seu engajamento frente à temática da diversidade sexual na cidade de Salvador, notadamente no espaço acadêmico da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Nessa empreitada, optei pelo método de entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas cinco entrevistas com membros da primeira, segunda e terceira geração do coletivo KIU, que totalizaram aproximadamente cinco horas de gravação, transcritas e analisadas. As narrativas produzidas narram o porquê da criação do coletivo, a participação nos Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES) e as questões relacionadas à identidade sexual.

Neste percurso metodológico, busquei compreender os aspectos históricos que explicitem a luta efetivada pelos sujeitos do Coletivo KIU, tentando trazer as questões das identidades homossexuais para o espaço universitário. Além disso, levantei discussões sobre a pressão sofrida por esses sujeitos, por reconhecer que a sociedade, apesar das leis e avanços, ainda força um retorno aos modelos heteronormativos, em contraponto com a crescente onda de liberdade/igualdade sexual e de gênero. Enfim, com essa investigação consegui conhecer quais as razões e motivos que levaram ao surgimento do Coletivo KIU na UFBA.

Diante de todas as observações realizadas neste trabalho, as quais estão postas no último capítulo, pensa-se que a universidade pública, no caso específico a UFBA, é um espaço aberto para a diversidade sexual, na medida em que apoia ações e práticas desenvolvidas pelo grupo acima explicitado.

Para a consolidação da pesquisa, optou-se pelo estudo de caso, com o intuito de analisar os diversos aspectos que caracterizam o KIU, para que fosse possível compreender seu caráter unitário e evitar interpretações reducionistas. Pode-se considerar que o estudo de caso focaliza-se em fenômenos inseridos no contexto da vida real, visando uma interpretação contextual e profunda sobre determinada realidade. Segundo Clara e José (2002), quase tudo pode ser um estudo de caso: indivíduo, personagem, grupo, organização, comunidade ou mesmo uma nação.

Assim, a pesquisa foi realizada partindo da premissa “[...] de que a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja mais verdadeira” (LUDKE; ANDRÉ, 2008, p. 20). Dessa forma, o propósito foi de não apresentar interpretações superficiais sobre os grupos pesquisados.

Como a metodologia utilizada, pretendeu-se buscar um conhecimento mais aprofundado sobre o surgimento e a militância LGBT dentro da Universidade, a partir de relatos de militantes do Coletivo KIU, na busca por conhecer a trajetória do grupo e como ele se posiciona no cenário baiano e nacional.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o *locus* escolhido foi a UFBA, pois neste espaço acadêmico já existem trabalhos de pesquisa publicados sobre a temática LGBT de vários grupos de pesquisa desta instituição. No entanto, o grupo selecionado foi o Coletivo KIU. Segundo Ramos e Carrara (2006), é na universidade que se delimitam historicamente as discussões no meio acadêmico brasileiro sobre o movimento LGBT. Portanto, foi a partir desta instituição que realizei as investigações dos grupos que fazem parte da comunidade LGBT, a fim de saber sobre sua inserção no movimento LGBT na universidade.

A escolha pelo coletivo KIU ocorreu pelas seguintes razões: Primeiramente, a partir do conhecimento de que já havia na UFBA um grupo de alunos que faziam militância LGBT, no caso o coletivo KIU. A informação surgiu através de um estudante, que fazia parte do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade (SAVIS), grupo de pesquisa no qual eu também estava inserido.

A partir das entrevistas semiestruturadas, busquei conhecer o engajamento político no movimento estudantil e acadêmico LGBT na Universidade. Ao longo da pesquisa, desenvolvi também outras estratégias metodológicas para compreender melhor o grupo selecionado para o trabalho de campo. Segundo Araújo (2008):

O investigador recorre a fontes múltiplas de dados e a métodos de recolha diversificados: observações directas e indirectas, entrevistas, questionários, narrativas, registros de áudio e vídeo, diários, cartas, documentos, entre outros (COUTINHO & CHAVES, 2002, p. 224 apud ARAÚJO, 2008, p. 8).

Portanto, com o objetivo de compreender melhor as práticas no KIU, foram realizadas também observações diretas, que é a minha participação enquanto pesquisador nas reuniões e encontros do grupo, sem fazer interferência, ou seja,

sendo o mais “neutro” possível, pois o meu papel naquele momento era apenas de registrar o que os integrantes do grupo estavam debatendo. Para Tozoni Reis (2009), o observador acompanha e registra comportamentos sobre um determinado período de tempo, classificando e categorizando os sujeitos pesquisados; então, enquanto observador, a minha participação nas reuniões do grupo se limitava a ouvir, gravar e anotar o que os integrantes discutiam.

O período de tempo para o desenvolvimento da pesquisa foi de janeiro de 2013 a abril de 2015, período em que pude observar e registrar a dinâmica do Coletivo KIU, como também realizar entrevistas com os integrantes. Participei também das reuniões, visando descrever mais de perto as narrativas sobre militância, identidade, sexualidade e gênero, as “vozes dos sujeitos”. O objetivo desse procedimento de coleta de dados é conhecer os demais membros do grupo, saber como desenvolvem o processo de militância no espaço universitário.

De posse um gravador, realizei uma entrevista simultânea com dois membros do KIU. Em um segundo momento, utilizando um gravador, realizei outras entrevista com três ex-integrantes do KIU em momentos diferentes; e em um terceiro momento, realizei uma entrevista com uma das atuais integrantes, foi com ela que tive acesso a tudo que foi produzido pelo grupo. No decorrer das entrevistas em profundidade, possibilitando maior interação entre o entrevistador e o entrevistado, fiz algumas de acordo com o roteiro em anexo que também estarão presentes no decorrer da dissertação. Também pedi que eles ficassem à vontade e falassem o que quisessem, relacionado ao movimento LGBT, à Universidade e à formação do coletivo, começando por suas memórias mais remotas e contando como surgiram seus primeiros contatos com os temas referidos acima.

As entrevistas foram realizadas no turno da tarde, sendo gravadas, com autorização escrita dos entrevistados, os quais concederam permissão para a divulgação do conteúdo, bem como a veiculação dos respectivos nomes, conforme Quadro 1, a seguir:

Entrevistado (a)	Data	Duração (em horas)	Local
MARIANA QUEIROZ	09/01/2013	00:35:50	DCE da Federação
RICARDO SANTANA	14/01/2013	00:41:10	Mercado do Peixe, no Rio Vermelho
VINICIUS ALVES	28/05/2014	00:49:12	UFBA – Campus São Lázaro
REBECA BENEVIDES	30/10/2014	01:08:32	UFBA – Campus São Lázaro
WESLEY FRANCISCO	23/04/2015	01:01:43	Assembléia Legislativa da Bahia

Quadro 1. Dados sobre a realização das entrevistas

Fonte: Elaboração própria (2015).

Essas prerrogativas foram para assegurar que os entrevistados não venham a contestar o que foi explicitado por eles nas entrevistas e transcrito para a dissertação.

Na interpretação dos dados, com base em entrevistas, é importante lembrar que o analista é um intérprete, que faz uma leitura também discursiva influenciada pelo seu afeto, sua posição, suas crenças, suas experiências e vivências; portanto, a interpretação nunca será absoluta e única, pois também produzirá seu sentido.

A princípio, optou-se pela entrevista semiestruturada, porque entender que esse formato permite o acesso ao que os indivíduos pensam sobre determinado assunto, sua opinião, seus valores. De acordo com Ribeiro (2008. p.141), a entrevista é “a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores [...]”.

Na pesquisa de campo, ao realizar as entrevistas semiestruturadas com ex-integrantes e integrantes do KIU, busquei explorar em profundidade o mundo da vida do indivíduo, compactuando com o que orientam Bauer e Gaskell (2008):

A entrevista começa com alguns comentários introdutórios sobre a pesquisa, uma palavra de agradecimento ao entrevistado por ter concordado em falar, e um pedido para gravar a sessão. O entrevistador deve ser aberto e descontraído com respeito à gravação que pode ser justificada como uma análise posterior. Isto permite ao entrevistador concentrar-se no que é dito em vez de ficar fazendo anotações. O entrevistador deve estar atento e interessado naquilo que o entrevistado diz: devem ser dados encorajamentos através de contato com o olhar, balançando a cabeça e outros reforços. Introduza o tema de uma conversação pinçando um ponto e perguntando por mais alguns detalhes (BAUER; GASKELL, 2008, p. 82-83).

Os contatos para as entrevistas ocorreram por indicação de um informante-chave, membro do KIU. A partir do contato, marcamos as entrevistas para elucidação da proposta de trabalho e, posteriormente, produção das narrativas individuais. Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas, de modo que o pesquisador concedeu total liberdade para que os sujeitos da pesquisa narrassem suas histórias de vida da forma como desejassem. No entanto, foram feitas algumas interferências pontuais, a fim de direcionar os entrevistados para responder questões específicas de relevância para a construção da dissertação, como, por exemplo: qual o sentido de ter um grupo LGBT dentro da universidade, já que há outros grupos fora do contexto acadêmico, e qual a diferença em relação a este grupo, como, por exemplo, o próprio GGB. Foram essas narrativas, contadas pelos sujeitos da pesquisa, que constituíram o principal objeto de estudo para a análise do grupo Coletivo KIU.

Em relação à quantidade de entrevistas realizadas para serem analisadas, priorizei a qualidade, em detrimento da quantidade, e em segundo, a disponibilidade dos integrantes para concedê-las. Foram entrevistadas as pessoas que se mostraram mais disponíveis, e que mais podiam contribuir para a pesquisa.

As entrevistas foram transcritas e analisadas da seguinte forma: na audição da entrevista, fiz a transcrição na íntegra e, a partir do texto transcrito, fui observando e relacionando o que foi relatado pelos entrevistados a temas importantes gerados no decorrer da pesquisa. Por exemplo, a questão das ONGs, que é um tema importante desta dissertação, quando trata da institucionalização do movimento LGBT.

No texto, utilizei alguns excertos para elucidar questões importantes que resgatam a memória dos movimentos LGBT em Salvador, bem como a história do

surgimento dos grupos, de modo a permitir a reflexão das questões propostas nos objetivos da dissertação. O trabalho consiste em atentar para as circunstâncias e particularidades extrínsecas e intrínsecas do Coletivo KIU observadas nas narrativas dos entrevistados.

Os informantes deram anuência ao uso do nome e das falas para apresentação neste trabalho, conforme Termo de Consentimento (Apêndice B). Considera-se uma garantia de que as falas serão integralmente preservadas na sua originalidade, sem qualquer inferência que não esteja circunscrita ao processo de entrevista.

Assim, a pesquisa de campo pretendeu buscar um conhecimento mais aprofundado sobre o surgimento e a militância LGBT dentro da Universidade, a partir de relatos de militantes¹⁴ do Coletivo KIU, numa tentativa de relacionar conhecimentos acadêmicos e prática na militância.

¹⁴ Participaram das entrevistas uma universitária de História, um mestre em História, um universitário de Estudos de Gênero e Diversidade, uma professora de Artes e um professor de História.

6. COLETIVO KIU: COMPREENDENDO ASPECTOS DA MILITÂNCIA LGBT NA UNIVERSIDADE

Neste capítulo, a partir das leituras de Bento (2011) e Miskolci (2011), farei uma discussão sobre a militância LGBT, na universidade. Entretanto, darei ênfase ao Coletivo KIU, formado unicamente por estudantes, e destacarei, particularmente, as razões que levaram ao surgimento desse grupo militante na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Em meados de setembro do ano de 2010, na cidade de Salvador, ocorreu o evento Stonewall40+ o que mais no Brasil? E, nesse mesmo ano, acontece o ENUDS, em outubro, na cidade de Campinas, na UNICAMP. Esses dois eventos, segundo Miskolci (2011), propunham um diálogo entre o movimento LGBT e a academia. Miskolci diz que:

Infelizmente, parte do movimento social organizado LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – circulou neles a ideia de que estaríamos vivendo um momento de divisão entre dois grupos chamados de “identitários” e queer, termos que, de forma esquemática, mas por isso mesmo reveladora, podem ser associados a “ativistas” e “acadêmicos” (MISKOLCI, 2011, p. 39).

Segundo Bento (2011), existe uma forte e intensa discussão em relação a quem faz política – leia-se “militância” – e quem produz conhecimento científico. Para Bento (2011 p.82), “ciência e política são geradas no mesmo útero”:

Essa polêmica não está superada. As discussões anunciadas pelos fundadores tomam outras cores, cheiros e densidade na contemporaneidade. Nos últimos anos, a relação entre estudos/pesquisas, política e o Estado, no que se refere às questões do corpo, sexualidade e gêneros tem seguido caminhos interessantes, o que nos coloca a tarefa de pensarmos o que escrevemos, a autonomia da escrita e as conexões e disjunções entre essa esfera e o mundo da política (seja os movimentos sociais ou outros sujeitos que disputam posições na esfera pública) (BENTO, 2011, p. 82).

Assim, conforme Bento (2011), são muitos os pesquisadores acadêmicos que passaram a fazer militância após terem realizado trabalho científico. Segundo ela, pode-se observar tal articulação entre os dois campos a partir dos estudos *queer*. “são teóricos/as que estão na militância e na academia e que começam a criticar a

forma de fazer política oficial LGBTTTT, Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual e Transgênero” (BENTO, 2011, p.88).

Estamos diante de um *corpus* teórico que tem na radical desnaturalização das identidades um dos seus objetivos principais, uma desnaturalização que se assenta no pressuposto filosófico da diferença como princípio estruturante das subjetividades, das relações e lutas sociais. Um campo de estudo que surge no ventre da militância é acusado por vezes de despolitizar a vida e de teatralizar as exclusões. Com esse argumento tenta-se recuperar a velha binaridade: nós fazemos política, vocês fazem pesquisas. (BENTO, 2011, p. 88).

A reflexão teórica, vinda da academia, e a ação política que parte do movimento LGBT são, muitas vezes, ações separadas, e essa divisão faz com que haja um trabalho sem vinculação, mas que deveria acontecer de forma conjunta, possibilitando assim um fortalecimento da luta.

Conforme discutido no capítulo 2 desta dissertação, é no final da década de 1970 que o movimento LGBT nasce como movimento social organizado no Brasil (MISKOLCI, 2011). Isso se deu com a abertura gradual política, na época da ditadura militar. Como na década seguinte nos deparamos com o drama da epidemia de HIV/Aids, profissionais de saúde provenientes das universidades, e mesmo do MHB, conseguem penetrar no estado, para criar um ambiente acolhedor diante das demandas da epidemia de Aids.

O movimento homossexual cresceu e começou a abranger novas demandas, tornando-se, nos anos de 1990, o que hoje conhecemos como movimento LGBT. Esse relativo sucesso do movimento LGBT deu-se a partir de “uma relação privilegiada com o Estado na constituição de políticas públicas – como a já referida na área de saúde – e em um diálogo profícuo com a academia” (MISKOLCI, 2011, p.41).

É a partir daí que a política sexual brasileira começa a incorporar outros canais no momento em que, com o relativo sucesso das políticas públicas voltadas para as DST/Aids, o Estado agora precisa voltar-se para outras áreas, além da saúde, quais sejam, a educação, a cultura e os direitos civis. Miskolci (2010), ao analisar o processo de judicialização da política sexual brasileira, diz que:

A luta política na linguagem do direito sexual tem ao menos duas consequência perigosas: o acesso diferencial à justiça e à sua aplicação em um país desigual como o Brasil pode fazer com que

conquistas “legais” gerem resultados concretos desiguais e acessíveis apenas a uma elite e a luta por direitos também marca a definição de quem são sujeitos de direitos (MISKOLCI, 2011, p. 42).

Existe um questionamento muito forte se a academia faz efetivamente militância e/ou movimento político, isso por parte do movimento LGBT. Analisando a fala de Miskolci (2011), isso se deve ao fato de as verbas, antes destinadas apenas às ONGs, hoje também serem oferecidas por meio de editais às universidades:

Assim, percebe-se que aqueles/as que antes quase monopolizavam o acesso às verbas e sua aplicação *social agora competem com nov@s atores/as* de dentro do movimento, da academia e, porque não também dizer, de gestores públicos que, progressivamente, tem incorporado demandas relacionadas à sexualidade na criação e implementação de políticas” (MISKOLCI, 2011, p. 42).

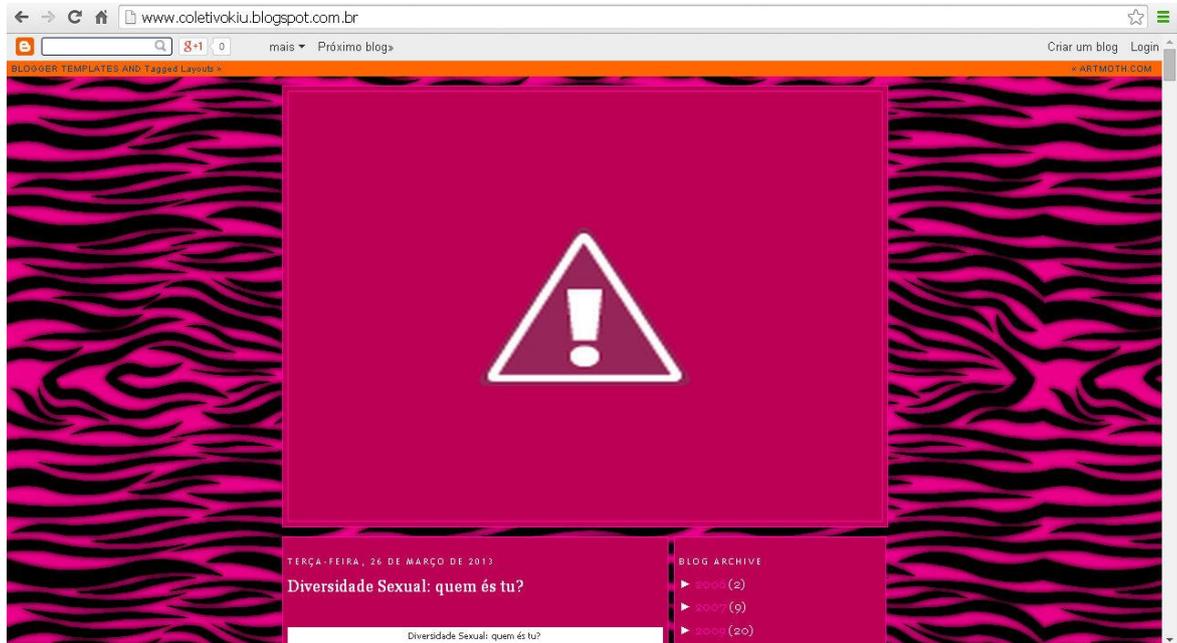
O movimento LGBT utiliza a palavra “nós” para se referir ao movimento, e “eles”, para se referir à academia, e dessa forma dividem o movimento em dois grupos antagônicos, ou seja, o “nós”, os LGBT, e o “eles”, os *queer*. Para o movimento LGBT, os acadêmicos são *queers*. Neste caso, fica evidente “um anti-intelectualismo na (des)qualificação dos *queer* como acadêmicos, como se não tivesse sido também nas universidades que a política sexual encontrou apoio” (MISKOLCI, 2011, p. 46). É inegável que as universidades têm sido, ao longo da história, “um celeiro de lideranças políticas desde a emergência dos movimentos sociais na década de 1960, história de que o movimento feminista é um bom exemplo” (MISKOLCI, 2011, p. 46).

Para a sociedade brasileira, essa divisão entre identitários e *queer* pouco importa, pois ela somente conhece, de fato, o movimento LGBT. Então, “esta divisão interna, onde ela opera, esconde uma luta entre estabelecimentos que temem perder sua hegemonia e os supostamente recém-chegados que a ameaçariam” (MISKOLCI, 2011, p. 43). Nessa direção, não é o “nós” ou o “eles” que está em jogo, e sim como se darão as relações entre Estado, demandas sociais, movimento, academia e mercado, nesse novo cenário que se vislumbra.

É nesse panorama que emerge na Universidade Federal da Bahia, em 2004, o Coletivo KIU – objeto de investigação deste trabalho de mestrado.

6.1 COLETIVO KIU

Figura 3 - Foto do site do KIU



Fonte: <http://coletivokiu.blogspot.com.br/>

O movimento homossexual na universidade ganha visibilidade a partir da criação do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS), em 2003. O Enuds foi criado para combater a homofobia dentro do próprio movimento estudantil. Mas vale ressaltar que o Coletivo KIU já antecipava esse debate, sendo, portanto, um dos primeiros movimentos estudantis na universidade a discutir questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Segundo Wesley Francisco (2015), antes da criação do ENUDS, os membros do Coletivo KIU participavam do Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE) e assim mantiveram contatos com estudantes de outras universidades que já se organizavam em coletivos, a exemplo do PRISMA, movimento formado na Unicamp. Antes do ENUDS, o que havia de concreto era o Congresso da UNE, sendo que foi no Congresso da UNE em Brasília que os LGBTs colocaram uma tenda, já que a UNE não lhes dava espaço, e assim tiveram que fazer algo em paralelo.

Então quando a gente chegou lá em Brasília, tinha uma tenda. O que não faltava era bicha em volta daquele negócio. Virou uma Assembleia com cerca de 200 pessoas e marcamos um ato. Quando a gente volta pra cá, nós já estamos engajados no sentido de construir um encontro

universitário que abarcasse esses estudantes todos, mas que não fosse da UNE porque a UNE não tinha nenhuma política para nós, até então (WESLEY FRANCISCO, 2015).

É, portanto, nesse contexto que o ENUDS foi criado, justamente para discutir a diversidade sexual no meio acadêmico. O encontro reúne, anualmente, estudantes de todo o país para debater as distintas formas de sexualidade em relação ao gênero, à raça e à classe. O evento ainda visa incentivar a criação de grupos de estudos nas universidades, propondo à comunidade acadêmica a reflexão e a pesquisa em torno do tema diversidade sexual. O ENUDS teve sua primeira edição realizada em outubro de 2003, na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia. Assim, os encontros ocorrem sempre nas universidades federais pelo país, desde a primeira edição, em 2003, até a última edição, em 2014.

No grupo de formação do Coletivo KIU, havia alguns integrantes que tinham participado do I ENUDS, ocorrido na UFG, em novembro de 2003. Conforme já destacado, este primeiro ENUDS teve como objetivo discutir o combate à homofobia dentro dos estabelecimentos de ensino universitário. É, entretanto, a partir do II Pré-ENUDS, em abril de 2004, e do II ENUDS, em Recife, que os integrantes do KIU decidiram formalizar o coletivo, tendo como data de criação o dia 16/09/2004, constante na primeira ata do grupo, segundo relata o informante Ricardo Santana.

Sobre a criação do Coletivo KIU, Wesley Francisco (2015) traz o seguinte relato: uma delegação da Bahia vai para o ENUDS de Recife, mas antes de irem para o encontro, eles se reuniram no Pré-ENUDS, em três dias de debate sobre a questão do movimento estudantil e a Universidade. E somente quando o grupo volta de Recife é que os integrantes se organizam, agora se sentindo, verdadeiramente, como um grupo, mas precisando se instituir, efetivamente, como um movimento coletivo. Porém nunca pensaram em fazer desse grupo uma ONG, não tinham a pretensão de ter CNPJ ou formalizações burocráticas, visto que o objetivo maior era fomentar a discussão dentro da Universidade.

Os encontros dos ENUDS constam de apresentações de trabalhos acadêmicos, atividades artísticas, debates e troca de experiências. Durante as conferências e mesas redondas, professores universitários, estudiosos, antropólogos, sociólogos e militantes da causa GLBT questionam, principalmente, a visão da sexualidade a partir, exclusivamente, da relação heterossexual.

O estopim para a criação do ENUDS foi o episódio de agressão física que ocorreu no Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), em que um dos diretores da UNE agrediu fisicamente um militante homossexual em Brasília – o estudante é um dos fundadores do ENUDS –, ficando assim caracterizado o ato homofóbico dentro do movimento estudantil. Esse evento faz surgir um ATO CONUNE contra a homofobia, em Brasília. A partir desse momento começa-se a abrir o debate dentro do movimento estudantil sobre diversidade sexual, produzindo um ato político dentro da UNE, com gente pintada, montada, trazendo questões da diversidade sexual, “viadagem” e “sapatonagem”. Nesse sentido, o ENUDS é criado dentro do movimento estudantil para combater a homofobia no próprio meio universitário. E é o Coletivo KIU um dos primeiros protagonistas, em Salvador, a debater as questões relacionadas ao movimento LGBT e a Universidade. Segundo relata Ricardo Santana, um de seus fundadores, portanto da primeira geração:

Quando nós voltamos do ENUDS de Pernambuco, nós decidimos fazer o KIU, que surgiu lá no CA de História da UCSal, com alunos da UFBA e da UNEB, a gente era meio anarquistas, sacou, a gente não queria saber sua coloração partidária (RICARDO SANTANA, 2013).

Analisando as falas de Ricardo Santana e Wesley Francisco, entende-se que os integrantes do KIU, a partir daquele momento, não admitiriam que a universidade ficasse restrita às pesquisas acadêmicas sobre sexualidade, diversidade sexual e gênero. Ela teria agora que se posicionar perante a sociedade, ou seja, precisaria assumir o debate dentro da própria universidade, pois é lá, nesses espaços, que se deveria, ao menos em tese, combater o preconceito contra a homossexualidade. Enfim, ela não somente deveria levantar questões sobre a diversidade sexual, mas também deveria tentar apontar caminhos para a população que pudessem resolver os problemas de ordem cultural, política e social sobre a homossexualidade.

Vários motivos propiciaram o surgimento do grupo KIU, dentre eles, a crítica às ONGs (“ongueirização”), que “dominavam” todo tipo de iniciativa cível desde os anos 1980, como também a hierarquização e a institucionalização dentro do movimento LGBT.

Desde a sua fundação, em 16 de setembro de 2004, até os dias atuais, vários universitários militantes passaram pelo KIU, que se encontra, agora, na terceira geração, pois a primeira e a segunda geração de estudantes que atuavam no

coletivo completaram os estudos universitários e foram ocupar outros espaços, como Ricardo Santana e Wesley Francisco – o primeiro, professor da rede estadual de ensino da Bahia; e o segundo, assessor de um deputado estadual baiano. Em virtude de os estudantes graduarem-se e irem para fora da universidade é que o KIU está sempre buscando novos atores e eles fazem isso através dos DCEs, das manifestações públicas dentro da Universidade e nos Pré-ENUDES.

Wesley Francisco (2015) narra sua vivência como militante:

Teve uma experiência que ajudou muito na formação e na proposta do KIU, que foi a “RODINHA Sexualidade em Movimento”. Onde pessoal do GAPA- Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia, na época, em 2003 começou a fazer umas discussões bem interessantes na Biblioteca dos Barris. Fazia-se uma roda com um gravador no meio e a ideia era justamente fazer aquela coisa pública na escada da Biblioteca. Às vezes dava 5 pessoas, às vezes dava 15, dependendo do dia. Então a gente acabou levando essas questões lá pra Rodinha e umas pessoas da Rodinha acabaram vindo fazer parte do KIU, por isso a Rodinha é importante, porque ajuda no formato, nas discussões, às vezes eles tinham o trabalho de transcreverem as discussões, às vezes nos mandavam textos pra gente debater lá na Rodinha. Quando o KIU nasce com a coisa mais política, porque a Rodinha era mais de vivência, mais acadêmica e tal [...] vira um grupo político com ideias de combater a homofobia, defender a diversidade sexual na Universidade [...] (WESLEY FRANCISCO, 2015).

Desta forma, observa-se a intensa mobilidade e rotatividade de militantes. O KIU já está caminhando para uma quarta geração, em virtude, segundo a entrevista de Rebeca Benevides (2014), de nascer no movimento estudantil e estar diretamente ligado a ele, uma vez que a condição de estudante é uma condição passageira e formativa, para que esses atores possam continuar ou não suas militâncias em outros espaços. E o que ocorre, de acordo com a entrevistada, é que os seus integrantes vão se graduando e deixando de ocupar o espaço universitário, daí surgirem novos atores para ocupar este espaço, à medida que, a cada 4 anos em média, saem estudantes e entram outros.

Na segunda geração do KIU, os seus membros continuam a luta pelo combate à homofobia dentro e fora da universidade; eles continuam preferindo a “horizontalidade”, ou seja, não querem algo hierarquizado ou institucionalizado. E, segundo Mariana Queiroz (2013), que fez parte dessa geração, o KIU também tem como um dos seus princípios exigir o respeito para a comunidade estudantil LGBT, e que a universidade fomente discussões sobre as sexualidades (gay, bicha, viado,

sapatão, lésbica, travesti, transexual, entre outros), além de inserir currículos sobre a diversidade sexual, que é um dos pilares do movimento LGBT.

Nessa terceira geração do KIU, segundo Rebeca Benevides (2014), eles querem ter capacidade de aglutinar mais pessoas para atuarem no KIU, para combater a homofobia dentro e fora da Universidade. Querem também que as pessoas tenham orgulho de ser o que é, porque os outros, os heterossexuais, têm que entender que o direito dos não-heterossexuais deve ser garantido, porque cidadania está para além do ato sexual e de um comportamento heteronormativo. Ou seja, eles reivindicam o direito de fazer com o seu corpo o que eles quiserem, e não é a sociedade heterossexual, que vai determinar se eles/elas vão ser mais ou menos afeminados/masculinizadas, eles/elas vão ser do jeito que quiserem ser.

Na época da formação do KIU estavam acontecendo várias movimentações em paralelo, como o movimento estudantil nacional, o movimento da diversidade sexual, e nesse contexto de reivindicações de direitos ao Estado, o KIU estava inserido. Não existiu no KIU um momento em que alguém parou e pensou e falou: “Vamos fundar”. O KIU surge dessa movimentação toda e dessa junção de pessoas interessantes que estavam dispostas a fazer uma coisa nova, fazer debates sobre a diversidade sexual e de gênero que até então os estudantes não faziam na Universidade.

Nos dias de hoje, percebe-se que essas discussões sobre diversidade sexual e de gênero aparentemente sempre existiram, agora de forma mais naturalizada. No entanto, ao fazermos uma leitura mental histórica e situarmos essas questões no tempo – que em história chama-se de teleologia, isto é, quando a pessoa utiliza a sua mente de hoje para analisar o momento passado, num esforço de ir ao passado e tentar entender aquele período, o que não é tão fácil e simples –, perceberemos que o que é natural, como ter um monte de militantes com camisa do arco-íris organizando bandeiras, não era normal.

6.1.1 A militância do Coletivo KIU

Como resultados da militância do KIU, podemos destacar:

1- O seu ingresso na Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), associação criada em 31 de janeiro de 1995, com 31 grupos fundadores. Hoje é uma rede nacional de 308 organizações afiliadas, é a

maior rede LGBT na América Latina. O KIU se filiou em janeiro de 2013, a partir da mudança do estatuto da associação;

2- A criação de um GT, na UNE, para o combate à homofobia;

3- A participação no Fórum Baiano LGBT; e

4- A publicação de artigos da temática LGBT, que podem ser acessados e lidos na página da web do coletivo, e, por último, mas não menos importante, até porque é a marca registrada do KIU, o UFA – Universidade Fora do Armário.

A filiação do KIU à ABGLT, como já explicitado, foi possível em virtude da mudança do estatuto, que no seu Capítulo I, Art. 11, alínea a, diz:

Art. 11 - Para se associar à ABGLT, a organização candidata à categoria de afiliada Associada (com direito a voto), deverá:

a) Encaminhar para a Secretaria Geral da ABGLT o seu pedido de afiliação em formulário próprio, anexando estatuto, regimento, carta de princípios ou manifesto; cópia do cartão CNPJ, se tiver; ata da eleição da atual diretoria ou coordenação, se tiver e, na inexistência dessa, carta indicando o/a representante na ABGLT; Relatório de Atividades do último ano (com comprovantes como clipping, impressão de página de website, blog, rede social; abono de 02 (duas) organizações LGBT da cidade ou do estado da organização solicitante. No caso de fóruns, coletivos e outros grupos candidatos a afiliação à ABGLT que não são formalmente constituídos, em vez do CNPJ e do estatuto deverá ser apresentado relatório circunstanciado assinado pelo(a) responsável descrevendo as atividades realizadas pelo menos 01 (um) ano antes da Assembleia Geral da ABGLT que analisará a aprovação da nova afiliada; (<http://www.abglt.org.br/port/estatuto.php>. A cessado em 08/02/15).

Assim, o que possibilitou a filiação do KIU à ABGLT foi o fato de o KIU ter apresentado relatórios das atividades desenvolvidas, apesar de não dispor de CNPJ e nem de estatuto.

Sobre a criação do GT, da UNE, referente ao combate à homofobia, nas minhas pesquisas não encontrei dados de como ocorreu; entretanto, durante a investigação, pude constatar que na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, ocorrida em Brasília, em 2011, Denilson Alves, diretor da LGBT da UNE, apresenta uma síntese da campanha “Combate à homofobia: essa luta nos UNE”, lançada pela entidade estudantil, cujo “objetivo é atuar em três frentes: o reconhecimento de que a homofobia existe, a identificação do problema e, finalmente, o combate.” (Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/12/brasilia->

recebe-a-2%C2%AA-conferencia-nacional-de-politicas-publicas-e-direitos-humanos-de-lgbt/>.)

A filiação do Coletivo KIU ao Fórum Baiano LGBT ocorreu em 2012. O Fórum reúne 84 organizações filiadas em várias cidades do estado da Bahia e no decorrer de sua trajetória tem protagonizado a luta contra a homofobia em suas mais diversas expressões e também para garantir os direitos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestir e Transexuais. Um dos ex-integrantes do KIU, na II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), fala sobre a função da escola nesse novo cenário de discussões: “Consideramos importante que nas escolas sejam ensinados conteúdos relativos aos direitos humanos da população LGBT e outras ações que ajudem na diminuição da homofobia”, ressalta Wesley Francisco, do Fórum Baiano LGBT. (Fórum Baiano LGBT, site: forumbaianolgbt.blogspot.com/).

O KIU tem uma linha de pensamento que aponta para o fato de que na Universidade existem feudos, conservadorismo, elitismo e que a Universidade não é nada democrática; portanto, eles não querem ser tutelados pelos docentes, pois pensam que são tidos como seus estagiários. Para validar as afirmações acima, trago a fala de Vinicius Alves, em entrevista realizada, na UFBA, no campus de São Lázaro, em 2014:

Acho que foi uma frase dita por Ambrozita, que o KIU nunca parava de bombar, era super empolgante essa ideia de ser um coletivo militante, um coletivo que mesmo com altos e baixos nunca perdia a ideia da luta, da luta política. Eu acho que isso foi o que mais me estimulou no KIU. A primeira coisa. E uma segunda coisa que eu acho que me estimulou muito foi o sentido de horizontalidade do coletivo. Então, não é que o KIU não tenha uma direção, que ele tem uma direção instituída, mas nós temos os nossos consensos, né? Que são permeáveis, absolutamente postos em xeque a todo momento, são renovados a cada geração, a cada reencontro, mas eu acho que essa sinceridade e que o espaço horizontal traz, sempre me encantou muito no KIU. Eu acho que o KIU é um coletivo militante. Nunca se negou isso. A forma de militância que a gente faz, acho que tem de todos os tipos...

A forma de militância que o KIU tem é essa que tanto pauta a produção do conhecimento científico quanto pauta e se propõe a organização da luta política, da luta institucional ou não, né. A gente compôs as duas conferências políticas do estado, a gente compôs o comitê da homofobia que foi criado aqui da LGBT... são espaços em diálogo com a universidade, com a sociedade, seja com movimentos populares, sempre esteve inserido (VINICIUS ALVES, 2014).

A criação e consolidação de comunidades LGBT congregam diferentes perspectivas de consciência política e de lutas pelos direitos civis daqueles que têm sido tratados, ao longo da história, como sujeitos marginalizados. Segundo as normas tradicionais de comportamento social, esses sujeitos afrontam a sociedade, na medida em que apresentam novas possibilidades de convivência social que desconstruem ou põem em xeque os modelos considerados certos, verdadeiros, normais, aprováveis.

Diante do exposto, trazer à tona a história de grupos de militância LGBT que sobreviveram à rejeição de suas famílias, resistiram à ignorância da sociedade civil e enfrentaram, de forma ousada, a truculência da polícia, remete a uma importante contribuição para dar visibilidade a esses grupos que iniciaram uma luta, primeiro de forma individual e depois coletivamente, para saírem da posição imposta de marginalizados para a condição de sujeitos verdadeiramente inclusos como cidadãos, com todos os direitos e deveres que lhes assegura a constituição brasileira, em seu art. 5º.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL).

Sabe-se que há uma quantidade expressiva desses grupos pelo Brasil, como por exemplo: Grupo Arco-Íris, no Rio de Janeiro; Associação dos Homossexuais do Acre, no Acre; Movimento Homossexual de Belém, no Pará; Movimento Gay Leões do Norte de Pernambuco, em Pernambuco; Amor e Vida, em Goiás e Nuances-Grupo pela Livre Expressão Sexual, no Rio Grande do Sul. Em Salvador, não é diferente. São muitos os grupos, associações e ONGs do movimento LGBT: Rede Afro LGBT; Associação Beco das Cores/ABC LGBT- Salvador; Associação de Travestis de Salvador – ATRAS; Associação LGTT Labeska di Capri – Salvador; CA de História Luiza Mahin/Ufba (Universitária) – Salvador; GGB – Estadual, Grupo Gay de Residências (GGR) – Salvador; Grupo Homossexual de Periferias / GHP – Salvador; KIU – Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual – Salvador; Quimbanda Dudu – Salvador e Pro-Homo – Salvador.

Entretanto, os militantes que formaram o Coletivo KIU já realizavam algumas ações, desde 2001, com pequenas intervenções de caráter político e cultural. Em

2003, já existiam reuniões semanais, nas escadarias da Biblioteca Pública dos Barris e o grupo realizou, nesse mesmo ano, o *I Festival da Livre Expressão Sexual*. Segundo Ricardo Santana, “o grupo protagonizou o festival de possíveis sexualidades em suas várias edições, o Festival MIX Brasil¹⁵ de Cinema e Vídeo da Diversidade Sexual e uma galera desse grupo começou também a fundar o que chamamos de KIU”.

O relato de Wesley Francisco (2015), sobre ações dos membros na formação do KIU foi:

A gente foi ganhando um reconhecimento local do ponto de vista da universidade. Claro que tivemos problemas [...] uma vez a gente passou uns vídeos lá em São Lázaro e a gente passou uns vídeos do Mix Brasil, daquele festival e um dos curtas tinha uma cena que é “Falo no papel”. Ele se masturbava e no papel acabava escrevendo “falo no papel” com a própria gala, entendeu? E com isso teve professor lá que ficou chocado e foi na direção e depois não quiseram mais emprestar o projetor, começamos a gritar que era homofobia e os representantes dos CAs foram pra lá e eles nos disseram que se a gente quisesse passar um vídeo numa sala, eles iam deixar. Aí que não serviu mesmo, porque a gente queria justamente passar lá no horário do almoço onde todo mundo estivesse sentado... por que os espaços tinham que ser todos heteronormativos? A gente queria levar os nossos questionamentos para esses espaços.

Aquilo era uma resposta do espaço à nossa provocação. Era um professor antigo da faculdade que ficou muito retado com a gente. Isso acaba criando um... se mexe e continua mexendo a história fica cada vez mais... isso acaba nos ajudando porque acabava fortalecendo essa veia anárquica, revolucionária (WESLEY FRANCISCO, 2015).

Observa-se, diante desse depoimento, o clima de tensão que se evidencia no espaço da Universidade, com as primeiras investidas do Coletivo KIU.

O grupo *Somos*, que liderou o cenário nacional durante a epidemia de HIV/Aids, não os via com bons olhos, mas o KIU afirmava que a realidade deste

¹⁵ O Festival Mix Brasil de Cinema e Vídeo da Diversidade Sexual, que teve sua primeira edição no Brasil em outubro de 1993, é um festival de cinema que aborda a diversidade sexual e ocorre em todos os anos pelas cidades brasileiras. Ele surge através do convite realizado pelo *New York Lesbian and Gay Experimental Film Festival* que decidiu ampliar seus horizontes e convidar curadores estrangeiros para mostrar as diferentes formas de expressão da sexualidade em outros países. Esse festival, realizado em Nova Iorque, passou a se chamar “MIX New York” e André Fisher foi o responsável pela seleção da programação brasileira desse festival, com o nome *Brazilian Sexualities*.

século é diferente das décadas de 1980 e 1990. Havia o argumento de que o GGB tinha que manter um diálogo com a sociedade sobre a homossexualidade, pois até então eles só faziam contar os números de mortos. Vale ressaltar que um grande representante do MHB e fundador do GGB é o antropólogo Luiz Mott.

Na entrevista com Ricardo Santana, um dos fundadores do KIU, há um depoimento sobre o fundador do GGB, mostrando a importância dessa referência para o movimento LGBT na Universidade. Segue, abaixo, transcrição de um importantíssimo trecho do relato de Ricardo Santana:

A calourada da UFBA tinha uma Semana da Diversidade Sexual. Aqui na Católica, também começou a “bombar”. A gente também colocava travesti chamando o pessoal, nos corredores da Católica, para ir para os espaços de debates das temáticas que a gente ia abordar na semana da calourada. Então a gente começou a botar travesti, viado apitando, sapatão marchando. Colocou coisas chocantes no espaço católico que era a Universidade Católica do Salvador, de onde eu saí. A gente fez uma atividade lá, na qual o professor Luiz Mott foi homenageado com uma placa e essa placa ficou lá até eu me formar. Não sei o que foi feito dela hoje em dia. Essa placa foi uma homenagem ao decano do movimento homossexual brasileiro, ex-dominicano. Nós sempre tivemos muito embate político com o professor Mott e nos demarcamos politicamente e ideologicamente diferente do que o professor Mott apresenta em suas teses e suas concepções políticas (RICARDO SANTANA, 2013).

Destaca-se, ainda, que o KIU, na constituição da mesa de discussão de debates, assume a posição política paritária, ou seja, com a participação efetiva de mulheres. Os atores presentes na construção inicial do coletivo, como Ricardo Santana, continuam atuando no KIU, entretanto, em menor escala, pois à medida que eles foram se graduando e saindo do espaço universitário, sua participação foi diminuindo, mas não deixaram de participar esporadicamente das reuniões do coletivo. Como já se encontravam fora da universidade, mas não queriam deixar a militância morrer, eles formaram uma ONG chamada *Associação Beco das Cores*, que tem como objetivo trabalhar a Arte, a Cidadania, a Cultura e a Educação voltadas para a Diversidade Sexual. O KIU não tem uma frequência de reuniões, elas são esporádicas e depende das necessidades existentes em determinado momento.

Tendo como referencial o KIU, outros grupos universitários na Bahia se formaram como o *Corphus – Coletivo Popular Universitário de Discussão de Gênero*

e *Sexualidade*, da UNEB em Teixeira de Freitas e Extremo Sul da Bahia, e o *Coletivo Aquenda! Da diversidade sexual*, da UFRB, em Cachoeira.

Ainda sobre as questões de militância, Rebeca diz o seguinte:

Não vamos fazer da nossa luta uma luta de derramamento de sangue e vitimização constante dos nossos sofrimentos, nós temos que ter capacidade de organizar mais gente.

Nós não estamos nesse espaço, é porque falta diálogo, é porque fraqueja, nunca houve uma construção sincera pra que nós influenciarmos na política, na política, né! No movimento social, quando se coloca pra disputa do movimento LGBT da Bahia, nós temos aliados, e aliados são construídos a partir de ações concretas nessa posição, a partir de interesses frente a nossa institucionalização. Porque o que importa, né, pra quem faz parceria com nós é a qualidade da militância que nós temos, né, o comprometimento de nunca fugir aos desafios que estão colocados (REBECA BENEVIDES, 2014).

Assim, podemos perceber a grande importância do movimento homossexual na Universidade, em particular, na Bahia, como fomentador de várias discussões que definiram um perfil de militância política. Em se tratando do KIU, para além das perspectivas particulares do grupo, esse grupo preocupou-se em mobilizar outros sujeitos em prol de que as gerações futuras não deixem morrer seu ideal.

Percebo que o KIU, como surgiu no século XXI, também luta pela instituição e consolidação de políticas identitárias e de igualdade social e contra a homofobia dentro e fora da universidade. É, portanto, um grupo que, de acordo com o histórico do movimento homossexual brasileiro (FACCHINI, 2009), enquadra-se na “terceira onda” do movimento.

6.1.2 A questão identitária dentro Coletivo KIU

Em relação ao nome KIU, a palavra remete a duas acepções. Primeiramente, existem no grupo pessoas adeptas do candomblé, segundo as quais o orixá Oxóssi, quando se manifesta ou se incorpora em um ritual sagrado na terra, diz: “KIU”. Esse termo também é utilizado, principalmente, em festas populares, no interior da Bahia, para hostilizar os homossexuais efeminados, “bichinhas pintosas ou molinhas, cheias de trejeitos”, servindo de “churria”. De acordo com relatos dos integrantes sobre a questão da identidade, eles não gostam de ser chamados de homossexual

ou gay ou lésbica, e sim de viado e sapatão, pois eles, revertendo a linguagem, utilizam-na a seu favor. Nas palavras de Ricardo Santana:

Nós somos viados, lá para nós viadagem é identidade, que eu exerço a minha viadagem a hora que eu quiser, eu sou efeminado e aciono politicamente meu comportamento efeminado a hora que eu quiser, se eu quiser, quando eu quiser, como eu quiser, porque isso pode ser um mecanismo de defesa para mim, pode ser um mecanismo de ataque pra sociedade, uma blindagem, nós sempre admitimos isso e percebemos isso com os nossos comportamentos, o KIU é subversivo (RICARDO SANTANA, 2013).

Ainda sobra a questão da identidade, Vinícius Alves relata o seguinte:

Eu sou uma bicha afirmativa. Eu também acho que é importante utilizar essas categorias, embora eu acho que mais lá pra frente elas vão cair em desuso. Até pela sua origem, né? A orientação sexual parte das categorias médicas, a gente já viu que eles não serviram muito pra nossa vida, não ajudaram muito nesse processo de pensar uma sociedade da libertação sexual, enfim... Essa agenda é mais... levando a gente para as consequências da sexualidade (VINICIUS ALVES, 2014).

O relato de Rebeca Benevides imprime maior ênfase à questão da identidade no KIU:

A gente tem que ter capacidade de organizar mais gente porque as pessoas têm que ter orgulho de ser o que é, porque as pessoas têm que entender que nosso direito tem que ser garantido, porque a nossa cidadania de fazer o que a gente quiser com o nosso corpo e dá pra quem a gente quiser é nossa, não é ninguém que vai determinar se a gente vai ser mais afeminado, se a gente vai ser mais masculinizado, a gente vai ser do jeito que a gente quiser ser, né? (REBECA BENEVIDES, 2014),

Quando questionado em relação às lésbicas, o entrevistado sugere que eu pergunte a uma integrante do grupo, chamada Mariana Queiroz, como ela gosta de ser chamada, pois ela entende bem o termo lésbica e toda a construção da nomenclatura da palavra. Porém, no dia a dia, no espaço concreto, as pessoas a apontam ou a chamam de sapatão. Então, é essa identidade que ela e outras querem utilizar.

Ricardo Santana informa ainda que, naquela época, os estudantes universitários que não se identificavam com a sexualidade heterossexual, começam a se perguntar onde estão os “viados” e “sapatões” dentro do movimento estudantil,

pois quando eles passavam eram chamados de “viadinhos” pelos colegas, os professores faziam brincadeiras com sua sexualidade e os funcionários também. Mas, efetivamente, não ocupavam espaços políticos dentro da universidade. Diante disso, o entrevistado apresenta o seguinte relato:

A gente queria que você fosse viado ou sapatona, pessoas que são politicamente e que demarcam politicamente sua identidade sexual diferente da ortodoxa, da “normal”. O KIU era um ponto de convergência sobre isso, sobre esses aspectos. A gente quer tratar sobre diversidade sexual, nos nossos espaços que é na universidade (RICARDO SANTANA, 2013).

Quando questionado sobre as questões de identidade, Ricardo Santana, afirma que os integrantes do KIU têm uma identidade, pois o KIU é formado por historiadores, por cientistas sociais, por biólogas, por artistas, por pessoas que vivenciam sua sexualidade em suas múltiplas facetas. E complementa, utilizando as palavras de Mott, dizendo que existe viado e existe sapatona em qualquer lugar. Para Ricardo, essa é a grande tese mestra do professor Mott. A síntese de Ricardo é que “não é você dizer que é sapatão ou não, mas é dizer existem pessoas assim, que elas são como outra qualquer, mas infelizmente elas são mortas por isso”.

Apesar de os integrantes do KIU estarem abertos as discussões sobre a *Teoria Queer*, Wesley Francisco (2015) afirma que eles sempre tiveram de se apresentar como gay, ele mesmo sempre teve isso bem forte, e a maioria era e é bem identitária. Ainda segundo Wesley Francisco, o movimento tinha essa virtude, de estar aberto à *Teoria Queer*. O KIU aceitava as questões das sexualidades mais fluidas, contudo não abria mão dessa questão identitária, pois seus membros “entendiam que não sairiam do lugar sem uma reivindicação concreta e pautas concretas para esse segmento concreto”, o qual existia e que era e é formado por eles, logo, não abriam mão disso.

Quando eles solicitavam um auditório, era pra fazer um debate LGBT, momento em que discutiam as questões ligadas a esse público. As discussões se pautavam e se pautam no contexto das políticas públicas para os LGBTs. Também se discutia o contexto escolar, bem como a formação acadêmica na Universidade.

Segundo relato de Wesley Francisco, eles participavam de eventos na UFBA e se questionavam sobre a ausência dos travestis.

Por que elas não estão aqui conosco hoje? Por que a UFBA, com 25 mil estudantes, a gente não tem notícia de uma única travesti? E você jogar isso para os estudantes de pedagogia, os estudantes de licenciaturas... e levávamos esses questionamentos... a gente fazia elas pensarem, que a escola é excludente, que o ambiente escolar não foi capaz de agregar essas pessoas trans, que elas abriram mão e não conseguiram suportar as pressões e tiveram que abrir mão da sua educação formal e boa parte delas caiu na informalidade ou na formalidade da prostituição do que era viável e por estarem lá trabalhando na madrugada não estão aqui na universidade. Então tudo isso era novidade e era um debate que a gente se propunha a fazer e fazia com esses parceiros que a gente tinha. CA, DA... a gente buscava parcerias mais engajadas (WESLEY FRANCISCO, 2015).

Wesley Francisco complementa que em outros coletivos e em outras universidades tinha essa veia “mais *queer*, mais forte”, que havia uma aversão ao movimento estudantil representativo formal, e criavam-se núcleos mais ilhados dentro de uma Universidade. Segundo o entrevistado, o KIU era diferente nesse sentido, pois buscava mais pontes, mais canais, não renegava essa militância, tanto que no segundo manifesto do KIU defendem a inserção da secretaria LGBT dentro da UNE.

A partir das entrevistas realizadas com os integrantes e ex-integrantes do KIU, percebi, também amparado nas reflexões de Nogueira (2013), que definir uma identidade de gênero ou orientação sexual torna-se bastante problemático e precário na atualidade, pois “enunciam a ideia de um rótulo que possa acompanhar o indivíduo durante toda a sua vida, apresentando-se como uma verdade imutável sobre o sujeito” (NOGUEIRA, 2013, p. 20). Assim como na concepção de Woodward (2012), ao afirmar que a identidade é vista como fixa e imutável para os “essencialistas” que reivindicam quem pertence e quem não pertence a certo grupo identitário. Nessa perspectiva, os integrantes do Coletivo KIU demarcam politicamente uma identidade que até então pretendem levar para toda a sua existência.

6.1.3 Ações do Coletivo KIU

As bandeiras que o KIU busca, enquanto Ações Afirmativas e Políticas Públicas, são estas: Primeiramente, o combate à homofobia, que está inserida na universidade e no próprio movimento estudantil; em segundo lugar, o respeito, já

que não existe lugar dentro dos espaços instituídos, como Centros Acadêmico (CA), Diretório Acadêmico (DA), Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Diretórios Estudantis (DE) e pela própria Academia. Segundo um dos integrantes, fato que por si só já explicita uma falta de respeito com a própria comunidade universitária LGBT. E, em terceiro lugar, a quebra da heteronormatividade. Sobre isso Rebeca Benevides observa:

Então a gente precisa dar uma cara mais coletiva, porque a gente não quer essa pauta só pra nós, não queremos ser a cereja do bolo do movimento estudantil que só nós que falamos sobre isso, nós queremos que os outros coletivos falem também da nossa pauta, e encarem como sua pauta, né, até porque a gente existe também pra quebrar com a heteronormatividade e no combate à homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia dentro do movimento estudantil (REBECA BENEVIDES, 2014).

A ideia básica do KIU é de ser uma organização universitária, de universitários e de pessoas que estão dentro ou fora da universidade, mas que passaram ou transitaram por ela, que tiveram ou têm a experiência de frequentar o espaço universitário. Pode ser professor, funcionário, aluno, qualquer pessoa que queira debater a sexualidade dentro do espaço universitário, mesmo que tenha saído dele. Conforme destaca Ricardo Santana, o KIU discute tudo, qualquer tema e não só a diversidade sexual. Para se ter uma ideia, logo quando o grupo foi criado, um militante pergunta para o outro se ele é homossexual, e este responde que a sexualidade dele está em constante construção; então, para o grupo, não importava e nem importa a quantidade e a forma de sexo que se pratica, o importante é fomentar as discussões, sem, às vezes, chegar a um consenso.

Ricardo Santana, por diversas vezes, falou que os/as integrantes quebravam o “pau” nas reuniões, pois faziam parte do grupo pessoas de todos os tipos, inclusive integrantes que comungavam com a teoria *queer*. Uma das premissas básicas do grupo é formar lideranças. Eles dizem que o que fazem não é trabalho, é “diversão operativa”. Nesse sentido, não tinham reuniões ordinárias, não tinham horário quando se reuniam. Era mais para realizar atividades conjuntas do que para operar ações políticas. Consideram-se desorganizados e anárquicos.

A primeira ação oficial, após a criação do grupo, foi uma mostra de vídeos na FFCH/UFBA, em 2004, e a segunda foi a ocupação da FFCH em resposta à represália sofrida no ano de 2004, em virtude de eles terem exibido supostos vídeos

obscenos em público. Segundo relata Ricardo Santana, o vídeo mostrava apenas dois homens se beijando, e isso causou o maior “rebu”. Ainda, durante o episódio, um dos integrantes se “montou” de Drag e foi para o CA de História. O “rebuliço” foi tão grande que, no dia seguinte, eles continuaram a exibir o vídeo. Em 2006, surge a *I Semana Universidade Fora do Armário – UFA!*, expressão que denota o cansaço e alívio, ao mesmo tempo, do dever cumprido. A UFA teve outras edições entre 2007 e 2014. É uma semana inteira que convergia em atividades nas universidades que discutiam as temáticas da diversidade sexual, como: criminalidade e preconceito em LGBT, homossexualidade na penitenciária, saúde pública e lésbicas com HIV/Aids, orientação sexual, proteção aos LGBTs, políticas públicas para a comunidade LGBT, cidadania plena ao LGBT. Não houve as edições de 2011 e 2012 pelos seguintes motivos, respectivamente: 1-Conferência Nacional LGBT; 2- As greves nas Universidades Federais; 3- O Coletivo KIU ficou responsável pela edição do Enuds de 2011, que seria realizado nesse ano em Salvador, mas, por conta da greve das universidades federais, não pôde ser realizado, só sendo concretizado em fevereiro de 2012, então em 2012 houve duas edições do Enuds, a outra ocorreu em novembro do mesmo ano, na cidade de Seropédica, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. As edições do UFA! de 2013 e 2014 ocorreram normalmente.

Trago aqui um longo, mas importante trecho da entrevista de Rebeca, sobre o UFA:

Bom, é... foi justamente agora nesse UFA! que a gente parou pra pensar numa mesa de solidariedade, antes da abertura, da conferência magna que a gente tivesse pessoas das três gerações, nós dividimos a história do UFA!, para ficar mais claro e palpável esse dez anos. Primeiro, é... o tema desse UFA! foi muito claro pra nós porque em 2011 pra 2012 nós fizemos uma produção e o marco do que é a diversidade sexual, a gente fez um texto, “A diversidade sexual: quem és tu?”, em parceria, eu, Taísa, Vinícius e Ricardo, e é uma teoria que a gente tem começado trabalhar e que a gente tem, teve sempre como norte desde a criação do até do manifesto, é uma atualização do manifesto, só que de maneira mais aprofundada academicamente, é... esse tema do UFA! foi claro pra nós porque era a demarcação dessa política que estamos querendo teorizar, e é... justamente de demonstrar um objetivo de construir relação com todos os grupos de diversidade dentro da universidade, principalmente os que defendem a dissidência sexual. Na mesa de abertura teve o Edward MacRae, também teve a participação de Colling.

No UFA! de 2014 a gente conseguiu mandar rodar material gráfico, o sindicato de professores universitários da UFBA também ajudam pra caramba, tipo assim, deixou um carro a disposição da gente em todo

o evento pra levar e pegar palestrante no hotel, tudo, entendeu... então, tipo assim, várias parcerias que a gente consolidou, que a gente sentou com os grupos da universidade, com quem tem recurso e, e tocamos o baba, então assim foi uma experiência novamente inovadora. E o mais legal de não só ter essa ajuda financeira pra estruturar, concretizar nossa política, mas ter desenvolvido esse espaço de reflexão e de aproximação com o CUS, porque o UFA foi a concretude de que nós hoje temos uma relação concreta com o CUS, que as pessoas do CUS participam da reunião do KIU, que pessoas do KIU participam da reunião do CUS, que pessoas do KIU estão influenciando o CUS e pessoas do CUS influenciando o KIU (REBECA BENEVIDES, 2014).

Em 2007, o KIU é convidado para fazer parte do Fórum Baiano LGBT, que ocorre desde 2004. Eles entraram para contribuir, ou seja, organizar o fórum que não estava desenvolvendo ações. Divergiram com o GGB, pois até aquela época só podia participar dos fóruns e receber verba pública quem detinha um CNPJ, e o KIU não tinha e não tem esta pretensão. Os únicos instrumentos legais que o KIU possui são: a ata de fundação, o manifesto e os relatórios das ações desenvolvidas pelo coletivo. Sobre os instrumentos legais, Rebeca Benevides diz o seguinte:

Quando a gente se inscreveu pra se associar à BGLT, o que a BGLT pediu, pediu documento de registro que é, assim, fundação, então a gente tem a ata, a primeira ata...de fundação. Que foi na católica. 16 de setembro de 2004. Temos também o manifesto do que é a gente, aí temos é... é... relatado ações que nós fizemos desde a nossa construção até hoje, a história em ações, tudo que a gente construiu, tudo (REBECA BENEVIDES, 2014).

Um dos resultados obtidos através da militância no KIU foi a escolha de Vinicius Alves, ex-integrante do KIU, para o cargo de coordenador do Núcleo de Políticas LGBT da Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do governo do estado da Bahia. As prioridades da gestão de Vinicius Alves são:

- 1- uma reflexão mais profunda do que são políticas públicas LGBT e o que elas representam;
- 2- a construção de políticas públicas que atuem no sentido de diminuir a evasão escolar e falta de oportunidade no mercado de trabalho para travestis e transexuais e
- 3- a construção de uma resposta sistêmica aos altos índices de violência contra a população LGBT através de um pacto nacional de enfrentamento às

homofobias, que corresponsabilize União, estados e municípios, numa resposta necessária à vida dessas pessoas.

A Bahia esboçou algumas iniciativas nos últimos anos que tentaram produzir respostas nesse sentido. A aprovação e regulamentação do nome social em toda a rede educacional pública (por meio de Resolução CEE/BA nº 120/2013, do Conselho Estadual de Educação) é um sinalizador de que alguns desafios estão sendo propostos e concretizada a sua realização.

A Bahia tem um forte e organizado movimento LGBT que compõe o Fórum Baiano LGBT, hoje formado por 84 grupos e organizações. Na sua composição, há entidades que atuam nas regiões periféricas da cidade de Salvador, mas também há uma presença forte de entidades do interior do estado. Além dele, sabemos da existência de lideranças, empresárias/os e pessoas que organizam, a sua maneira, a demanda dessa população em regiões mais periféricas. Vislumbra-se uma Bahia que respeite a diversidade sexual e de gênero.

O crescimento das lutas por cidadania e direitos LGBT, assim como com o avanço das pesquisas no campo da diversidade sexual e de gênero e a atual compreensão da dimensão da sexualidade e do gênero de maneira mais cotidiana na dinâmica da vida das pessoas, criaram novas condições para essas discussões, seja na porta de casa ou a partir dos produtos culturais. Obviamente, seja o papo da porta de casa, ou o que é produzido e reproduzido por meio destes produtos, cultura é fruto, em boa medida, da disputa pelas diferentes perspectivas e formas de compreender e lidar com as questões LGBT, de gênero, sexualidade etc.

O mercado disputa fortemente a narrativa desses produtos culturais, que por sua vez orientam a vida de milhões de pessoas e instituições. Acredito que o papel do Estado deve ser o de fortalecer iniciativas, que joguem luz sobre perspectivas que hoje pouco são colocadas ou positivadas, na compreensão desses produtos como vivências possíveis das questões LGBT ou da construção de identidades sexuais e de gênero.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após este nosso percurso investigativo, é possível fazer algumas inferências acerca do propósito desta dissertação, qual seja, o de conhecer, de maneira aprofundada, o grupo de militância Coletivo KIU, que atua em defesa da diversidade e dos direitos que lhe são inerentes. Apesar de incipiente na sua formação, se comparado a grupos ou movimentos bem mais antigos emblemáticos no tocante às questões relativas às identidades LGBT, a exemplo do Grupo Somos/ SP, Atobá/RJ, Grupo Gay da Bahia, entre outros, o Coletivo KIU traz uma potencialidade e um diferencial pontual na sua concepção: a diversidade deve – e pode – adentrar os corredores da Universidade brasileira.

Nessa perspectiva é possível afirmar que, ao empreendermos uma reflexão – a partir das informações providas de movimentos internos da universidade, com marcas ora distintas, ora similares –, estamos também desenvolvendo novas leituras dentro do que se configura a sociedade brasileira contemporânea. Afinal, qual o olhar da sociedade “padrão” diante de um grupo que se propõe a debater sobre o “diferente” na esfera acadêmica? E no espaço acadêmico, já se consegue, de fato, transitar por entre polos de discussão os quais, de certo modo, desequilibram as estruturas institucionais consolidadas pelo viés da tradição binária dos opostos? São questionamentos que serão feitos ainda por bastante tempo e que alimentarão futuras pesquisas sobre o tema.

Não se pretende aqui usar de romantismo como conclusão acerca desses movimentos surgidos em prol das dissidências sexuais e de gêneros, notadamente a que se constituiu essencialmente por gays, lésbicas, transexuais, entre outros, mas sim para evidenciar os avanços nesse processo, bem como as dificuldades que o grupo encontra para lidar com um assunto delicado, atentando para os conflitos de identidade que se instauram nesse contexto. Trazer à luz das discussões uma entidade que empreende uma luta pela legitimação da diversidade, em oposição ao discurso heteronormativo que circula com intensidade nos diversos espaços sociais – com ênfase na Universidade –, é seguramente uma proposta que tem em seus desdobramentos o fortalecimento das identidades sexuais e traduz a sensação de dever cumprido – em parte – pelos militantes, sendo, pois, necessário que sejam consolidadas as políticas de cunho social para os membros da categoria LGBT.

Inegável é que o Coletivo KIU vem se fortalecendo a partir das experiências aprendidas entre os ativistas do grupo sobre a construção de sua identidade como LGBT e como estes percebem e reagem às práticas de discriminação e de homofobia.

Faz parte da cultura humana unir-se a grupos, a partir das características identitárias que compartilham, com o intuito de fortalecê-las ou, de certa forma, protegê-las. Podemos, com este estudo, perceber a multiplicidade que envolve a formação deste grupo, sua manutenção e estratégias diferenciadas de defesa dos mais variados interesses. A necessidade de se organizar para defender e divulgar causas para que estas obtenham o respeito e atenção da sociedade não é algo novo, mas ganha impulso na década de 1970, do século XX, por ser uma época propícia às ações coletivas e que imprimiu mudanças significativas nos movimentos sociais.

A grande novidade, sem dúvida, conforme visto, reside no fato de o movimento aqui analisado ter emergido dos espaços de formação acadêmica. No momento em que se discute a possibilidade de integrar ao currículo das universidades as temáticas relativas à diversidade de gênero, podem-se vislumbrar propostas muito positivas no diálogo entre a categoria LGBT e o sistema de educação superior. Vale dizer, uma interlocução imprescindível, em pleno século XXI, quando estão se rompendo gradativamente as barreiras alicerçadas por fortes marcas culturais que, ao longo do tempo, deixaram na invisibilidade homens e mulheres que têm direitos iguais, embora estes não sejam plenamente assegurados.

Os resultados nos levaram a constatar que a participação dos estudantes como integrantes do Coletivo KIU pode contribuir para a afirmação identitária deles próprios na universidade, e conseqüentemente, na sociedade, como também que esse movimento, enquanto espaço privilegiado de socialização de conhecimentos teórico-metodológicos sobre as questões de gênero, corpo e sexualidade, pode propiciar a seus integrantes a compreensão dos elementos sociais e culturais que foram sendo construídos e difundidos ao longo da história sobre as questões da sexualidade que não se enquadram no padrão imposto da normatividade, para que eles possam combater de forma mais instrumentalizada os diversos discursos em favor da heteronormatividade.

Percebemos como as questões identitárias apontam para as relações de poder, perpassadas pela forma como um indivíduo posiciona-se e integra uma

coletividade, representada por símbolos que, ao mesmo tempo, incluem e determinam, excluem representações outras com as quais estabelecem uma relação de dicotomia. O binarismo presente nas relações de gênero é um exemplo perfeito de como a sociedade tenta enquadrar cada indivíduo nas categorias previstas pelos padrões sociais, no entanto, essas categorias estão, atualmente, passando por um processo de mutação que as tornam fluidas e escorregadias.

Na perspectiva teórica adotada, a construção de identidades também aparece marcada por distinções, comparações e hierarquias determinadas social e historicamente. A partir de autores como Hall (2004) e Woodward (2012), considerou-se que as identidades contemporâneas não são unas, e que os indivíduos adotam diferentes posições de sujeito que se interseccionam e mesmo se contradizem. Mais que isso, elas não são fixas ou estáveis, mas construídas discursivamente em processos que diferenciam a identidade de determinado grupo em relação aos demais. Como sustenta Silva (2012), esses processos também se dão a partir de posições de poder – de forma que os grupos definidos a partir dessas posições são associados à *identidade*, situando os demais como *diferentes*. Assim, a identidade é definida não apenas pelo que se considera que ela é, mas também pelo que ela *não é*, de maneira que se pressupõe um exterior constitutivo a partir da comparação entre *nós* e os *outros*. Tais definições ensejam um uso político dessas categorias, à medida que estas permitem que um grupo de indivíduos, identificados a partir de características comuns, possam se organizar e lutar pelas demandas que compartilham. Nesse processo, há uma tentativa de conferir estabilidade às categorias identitárias de forma a legitimá-las, levando ao que se denomina *essencialismo*: a defesa de que há uma *essência* definidora da identidade, situada seja no domínio da biologia, seja através de um componente histórico que justifique a construção e consequente adoção de determinada categoria identitária por parte dos indivíduos. As identidades sexuais e de gênero, como a revisão bibliográfica efetuada permitiu concluir, também são construídas a partir de processos desse tipo.

Mesmo que as interações sexuais entre pessoas do mesmo sexo sejam documentadas desde a Antiguidade, a definição da “homossexualidade” como categoria identitária, assim como de seu oposto, que é a “heterossexualidade”, é bem recente, surgindo na segunda metade do século XIX (FOUCAULT, 1988). Mesmo que essas categorias tenham surgido em um contexto de luta político, visando a um reconhecimento das duas como sendo igualmente válidas, sua

incorporação pelo discurso médico da época, legitimado para explicar os comportamentos humanos, fez com que houvesse, no início, a patologização dos comportamentos homossexuais. Nesse período da história, com a legitimação do discurso médico frente ao religioso, faz com que ocorram mudanças na maneira com que são encaradas as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Se anteriormente eram classificadas como *sodomia*¹⁶, uma possibilidade inerente ao comportamento pecador humano, tais práticas passaram a ser vistas como específicas de um “tipo” natural de pessoa, o homossexual. Desta forma, há uma passagem do comportamento para a identidade.

Os movimentos LGBT buscam unir indivíduos que se reconheçam enquanto grupo e, conseqüentemente, identifiquem as questões pelas quais precisam lutar e as relações sociais nas quais precisam intervir. Estes movimentos foram denominados, de acordo com a época, objetivos específicos e estratégias, segundo Facchini (2005) e Green (1998), como “primeira onda”, “segunda onda” e “terceira onda”.

A “primeira onda” do movimento propõe uma ação de afirmação política ressaltando a necessidade de poder expressar livremente a sua afetividade, para trazer ao cenário público “o anseio de que a homossexualidade, como toda forma de amor e desejo, pudesse ser vivida e exaltada sem restrições” (FACCHINI, 2005, p.13). A “segunda onda” surge em virtude do advento da epidemia de HIV/Aids, quando surgem as ONGs para tratar, combater e prevenir a proliferação da doença. E a “terceira onda” consiste em consolidar políticas identitárias e de igualdade social.

Os grupos de militância homossexual, ao lado dos grupos de militância feminista, estão presentes em todo o mundo, discutindo as relações de gênero e as dificuldades que enfrentam em uma sociedade heteronormativa que pouco espaço deixam para aqueles que decidem questionar os padrões. A partir do estudo do contexto histórico dos grupos de militância homossexual que atuam no Brasil, e mais especificamente em Salvador, no caso do Coletivo KIU, observamos que o surgimento de tais grupos e espaços deve-se à necessidade de expressar livremente a sua afetividade, assim como fomentar ações políticas que lhes garantam direitos até então negados.

¹⁶ Relação sexual anal, entre um homem e um mulher ou entre indivíduos do sexo masculino. (Caldas Aulete, 2011).

Em consequência da abertura na sociedade para a discussão em torno das questões de sexualidade, surge a necessidade de que estas discussões estivessem presentes também no ambiente universitário. A importância de grupos como o KIU, que surgiu em 2004, unindo membros das universidades UFBA, UNEB e UCSal é o exemplo dessa abertura da sociedade para a discussão da sexualidade. O KIU traz para o espaço universitário mais um tema para ser incluído no movimento estudantil, fazendo uso de sua força e inserção política: as questões de sexualidade.

As entrevistas realizadas com os membros do grupo foram cruciais para a conclusão de que essas militâncias as quais discutem aspectos identitários acabam por enriquecer o debate, mostrando que, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, não interessa a exclusão e o isolamento, mas, principalmente, a união em torno dos temas como teoria *queer*, diversidade sexual, criminalidade e preconceito, homossexualidade na penitenciária, saúde pública e lésbicas com HIV/Aids, entre outros temas caros a diversos grupos. É claro que não existe uma unanimidade e há fortes tensões nas reuniões do grupo. Apesar de existirem objetivos que se convergem nos discursos desse grupo, ainda há um longo caminho para se percorrer no sentido da unidade de interesses.

Outro aspecto importante, observado durante o estudo, foi como o KIU, atualmente, está voltado à formação de novos atores que possam dar continuidade a ações que, hoje, tornam-se mais amplas, incluindo, além de ações em torno da diversidade sexual, ações que contemplem arte, cultura e cidadania, temas cruciais para qualquer movimento que pretenda provocar alguma transformação social que torne o mundo um lugar mais favorável à convivência entre os diferentes e ao respeito a estas diferenças.

Como resultado de pesquisa, este trabalho vem ratificar, na prática, o que se discute quando o tema da diversidade sexual resvala para o ambiente acadêmico: é preciso, mais do que nunca, ampliar espaços institucionais de educação que se destinem a desenvolver um compromisso ético pautado no respeito à diversidade; logo, a universidade tem um papel fundamental nesse direcionamento. É preciso explicitar e combater os mecanismos excludentes que se fazem presentes, de forma clara ou sutil, no interior desse lugar que tem, por excelência, um caráter gregário com vistas à transmissão, mas também recepção do conhecimento. A junção destes dois elementos – diversidade e universidade –, tendo como vetores grupos como o Coletivo KIU, poderá certamente delinear estratégias que promovam a autonomia

dos sujeitos e o fortalecimento das marcas identitárias pelas quais são eles constituídos.

Finalmente, para além do fazer acadêmico, acredito que esta pesquisa contribui para potencializar a divulgação dos esforços de universitários/as engajados/as no movimento LGBT via esses grupos, que desejam, além do respeito e do combate à homofobia dentro da universidade, a institucionalização do movimento para além do espaço universitário, com ações inclusive de abrangência e interferência na sociedade civil.

Para concluir, quero deixar um relato pessoal, que foi a importância do mestrado e desta dissertação para a minha vida pessoal e profissional. A relevância na vida pessoal foi a quebra com os preconceitos que eu tinha, mesmo sofrendo preconceitos por ser homossexual. As pesquisas e aulas que tive sobre as questões da sexualidade e identidade fizeram com que eu refletisse e pensasse sobre as minhas práticas no meu cotidiano enquanto pessoa, com os meus pares e com a sociedade de um modo geral, pois eu me enquadrava no padrão da heteronormatividade, hoje não mais. E também sobre a relevância de fazer com que a vida profissional esteja ligada à difusão do conhecimento adquirido, tanto para os meus colegas professores de trabalho quanto para os meus alunos.

Para exemplificar o que digo, durante a Jornada Pedagógica da rede estadual de 2015, em que foi confiada a mim uma palestra sobre o tema da diversidade, esclareço e debato com os meus colegas as questões da sexualidade, identidade e gênero, mesmo não sendo um doutor na área. Então trabalhei com eles os conceitos básicos da formação das siglas LGBTs e GLS, o conceito de heteronormatividade, transexual, travesti, transgênero e teoria *queer*. Posso afirmar que foi um trabalho bastante prazeroso, pois, já instrumentalizado sobre estas questões, pude difundir e tirar as dúvidas que são muitas, pois até então a maioria só estava familiarizada com o que é GLS, homossexual e heterossexual. Os participantes afirmaram que na comunidade escolar existem vários alunos/as que se enquadram dentro das categorias estudadas naquela manhã.

Analiso, portanto, essa trajetória como um passo importante na construção/desconstrução de valores arraigados na esfera educacional, sobretudo no Ensino Fundamental e Médio das instituições escolares brasileiras, tanto públicas quanto privadas. É uma tentativa de incluir, por definitivo, a temática da sexualidade nas matrizes curriculares, com a clareza que lhe é necessária, a fim de que nós,

professores e educadores, possamos contribuir nesse processo de construção de cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Rafael. O homem é desse mundo: para entender a masculinidade como um processo histórico. In: COLLING, Leandro; THÜRLER, Djalma (organizadores). **Estudos e política do CUS – Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade** – Salvador: Edufba, 2013. 371 p. – (Coleção CULT; n.15).

ARAÚJO, Cidália; et. al. **Estudo de Caso**. Portugal: Universidade do Minho, IEP, 2008.

BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 9ª Edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidade. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde e Prevenção nas Escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e educação**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 160 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHAMLIAN, Helena Coharik. Docência na Universidade: professores inovadores na USP. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 41-64, março/2003.

COLLING, Leandro. Apresentação – Políticas para um Brasil além do Stonewall. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?**. – Salvador: EDUFBA, 2011. 282p. – (Coleção CULT; n.9).

COUTINHO, Clara Pereira e CHAVES, José Henrique. O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**. CIEd - Universidade do Minho, 2002.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicam.br>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?:** movimento homossexual e produção de identidade coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FARIA, Ederson de; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. **Psicologia Escolar e Educacional**. Vol.15 no.1 Maringá Jan./June 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572011000100004. Acesso em: 14 mar. 2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil:** das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar: Editora UFPR Curitiba, n.28, p.17-36, 2006.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade no Brasil**. Brasiliense, 1983.

FÓRUM Baiano LGBT. Disponível em: <http://<forumbaianolgbt.blogspot.com/>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** A vontade do saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GALLI, Rafael Alves; et al. **Corpos Mutantes, Mulheres Intrigantes: Transexualidade e Cirurgia de Redesignação Sexual**. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Out-Dez 2013, vol. 29, n. 4, pp. 447-457.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval:** a homossexualidade no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Viajantes Pós-Modernos II**. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. & BASTOS, Lilian Cabral (Orgs.). **Para além da identidade:** fluxos, movimentos e trânsitos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p.p. 203- 214.

LOURO, Guacira Lopes; et al. **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2008.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** – Salvador: EDUFBA, 2011. 282p. – (Coleção CULT; n.9).

MINIDICIONÁRIO Houaiss da língua portuguesa / organizado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – 2.ed. rev. e amp. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos – reflexões *queer* sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** – Salvador: EDUFBA, 2011. 282p. – (Coleção CULT; n.9).

MOTT, Luiz. **Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil.** Salvador, Grupo Gay da Bahia, 2000.

NOGUEIRA, Gilmaro. O heterossexual passivo e as fraturas das identidades essencializadas nos sites de relacionamento. In: COLLING, Leandro; TRÜRLER, Djalma (organizadores). **Estudos e política do CUS – Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade/.** – Salvador: Edufba, 2013. 371p. – (Coleção CULT; n.15)

OLIVEIRA, João Ferreira de; et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: Marluce Bittar, João Ferreira de Oliveira, Marília Marosini (Organizadores): **Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB/–** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

PAULA, Maria de Fátima. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Revista Avaliação.** Campinas; Sorocaba, SP, v.14, n.1, p. 71-84, mar. 2009.

PERLONGHER, Néstor. **Papeles insumisos.** Buenos Aires: Santiago Arcos Editor, 2004.

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis: Revista Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, 16(2): 185-205, 2006.

REIS, Marília Freitas de Campos Tozoni. **Metodologia da Pesquisa Científica.** 2ª edição. Curitiba, 2009. IESDE Brasil S.A.

REIS, Maria da Conceição dos. **O processo civilizador na construção da identidade negra.** II Simpósio Internacional Processo Civilizador. Recife-Brasil, Civilização e Contemporaneidade, Nov. 2009.

RIBEIRO, Deco. Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** – Salvador: EDUFBA, 2011. 282p. – (Coleção CULT; n.9).

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. N.T.: Coalização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Sindicalizadas. n.05, 2010, p.17-44.

ROCHA, João Augusto de Lima; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Anísio Teixeira e a Universidade Nova**. Disponível em:
<<http://www.universidadenova.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Conceitos>>. Acesso em: 10 set. 2014.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.) **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** /; prefácio: Naomar de Almeida Filho; posfácio: Alain Coulon. – Salvador: Edufba, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; FILHO, Naomar de Almeida. **Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Disponível em:
<<http://pt.scribd.com/doc/49251535/A-Universidade-no-Seculo-XXI>>. Acesso em: 02 dez. 2010.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Mobilizações homossexuais e estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 22, n. 63, fev. 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092007000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SIMÕES, Júlio Assis. **Do movimento homossexual ao LGBT** / Júlio Assis Simões, Regina Facchini. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. 1900-1971 **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005 (Col. Anísio Teixeira; v.10).

TRINDADE, Hélgio. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Revista Estudos Avançados**, v.14, n. 40, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

APÊNDICE A: ROTEIRO UTILIZADO COM OS MEMBROS DO COLETIVO KIU**QUESTIONÁRIO**

- 1º) Como ocorreu o surgimento do coletivo KIU? E o por quê?
- 2º) Como funciona o coletivo?
- 3º) O KIU faz militância? Como é esta militância?
- 4º) Qual a sua identidade sexual?

APÊNDICE B:**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de pós-graduação Marcelo Henrique de Souza, do curso de Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia, que pode ser contatado pelo e-mail marcelosouzape@gmail.com e pelos telefones: (71) 3230-2072 e (71) 9182-8294. Tenho ciência de que o estudo tem como objetivo realizar entrevistas com ex-integrantes e integrantes do Coletivo KIU, visando, por parte do referido aluno a realização de um trabalho de dissertação de mestrado com o título provisório “A Militância LGBT na Universidade: Um estudo de caso do Coletivo KIU”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e dou consentimento para que os dados obtidos na minha entrevista sejam divulgados, inclusive com a veiculação do meu nome e dos nomes fornecido por mim. Ficou acordado que o aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento.

Salvador, ____ de _____ de _____

Assinatura